

VI Seminário do GT de  
História Política  
ANPUH-RS  
2025



# VI Seminário do GT de História Política

ANPUH-RS

## ANAIS DO EVENTO

27, 28 e 29 de maio de 2025

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul



*VI Seminário do GT de  
História Política*  
A N P U H - R S  
2 0 2 5

**Comissão Organizadora:**

Letícia Sabina Wermeier Krilow  
Luis Carlos dos Passos Martins  
Jéssica Bitencourt Lopes  
Gustavo Henrique Kunsler Guimarães  
Alessandro Batistella  
Diego Orgel Dal Bosco Almeida

**Comitê Científico:**

Adelar Heinsfeld (UPF)  
Ananda Simões Fernandes (AHRS)  
Anderson Vargas Torres (SEDUC-RS e SMED-Charqueadas)  
Aristeu Elisandro Machado Lopes (UFPel)  
Bethânia Luisa Lessa Werner (UFPel)  
Bianca Obetine Magnus (PUCRS)  
Carla Brandalise (UFRGS)  
Cesar Augusto Barcellos Guazzelli (UFRGS)  
Charles Sidarta Machado Domingos (IFSUL)  
Claudia Wasserman (UFRGS)  
Douglas Souza Angeli (UEMG)  
Diego Orgel Dal Bosco Almeida (Unochapecó)  
Gerson Wasen Fraga (UFFS)  
Gustavo Henrique Kunsler Guimarães (UNISINOS e SME-Santa Cruz do Sul)  
Jéssica Bitencourt Lopes (UFRGS)  
Jonas Moreira Vargas (UFPel)  
Larissa Júlia Paludo (UFFS)  
Letícia Sabina Wermeier Krilow (UFPel e SME-Guaíba)  
Luciano Aronne de Abreu (PUCRS)  
Luis Carlos Dos Passos Martins (PUCRS)  
Luis Rosenfield (PUCRS)  
Luiz Alberto Grijó (UFRGS)  
Marcos Jovino Asturian (IFFar)  
Raul Dias Godinho (SMED – Porto Alegre)

**Observação:** A adequação técnico-linguística dos textos dos Simpósios Temáticos é de responsabilidade das/os autoras/es.

**VI Seminário do GT de  
História Política**  
ANPUH-RS  
2025

**SUMÁRIO**

**ST1- DEBATES CONTEMPORÂNEOS EM HISTÓRIA POLÍTICA**

<b>Associação entre Gramsci e o crime organizado na obra de Olavo de Carvalho</b>	
<i>Raul Dias Godinho</i> .....	06
<b>Soft Power da Alemanha no século XXI: o Instituto Goethe, o Programa Daad e o Energiewende</b>	
<i>Eduarda Ongarato</i> .....	11
<b>Municipalismo-emancipacionista: considerações sobre as emancipações municipais no Rio Grande do Sul (1988-2001)</b>	
<i>Vitor Mateus Viebrantz</i> .....	16
<b>Disputas identitárias no movimento skinhead brasileiro: fanzines digitais e antifascismo</b>	
<i>Bruno Coutinho Lucas Pereira</i> .....	23

**ST 2- ENTRE O IMPÉRIO E A PRIMEIRA REPÚBLICA NO BRASIL**

<b>Uma elite em perspectiva: uma proposta de elaboração de uma base de dados dos dirigentes do Rio Grande do Sul entre 1889 e 1989</b>	
<i>Marcelo Viana</i> .....	29
<b>Fundindo relações, forjando um major: Alberto Dins nas Exposições Universais</b>	
<i>Jéssica Bitencourt Lopes</i> .....	35
<b>A Diplomacia da Primeira República: o Ministério das Relações Exteriores entre 1889-1930</b>	
<i>Nícolas de Oliveira Braga</i> .....	41

**ST 3- IMPRENSA POLÍTICA EM SUAS CONSTANTES IMBRICAÇÕES**

<b>Contatos inéditos no espírito do respeito mútuo e sinceridade: As relações internacionais entre o Brasil e a União Soviética pelas páginas da Revista União Soviética em Foco</b>	
<i>Larissa Ceroni de Moraes</i> .....	47
<b>História, Estado e fotografia: o acervo fotográfico e audiovisual do Palácio Piratini como fonte para a história política</b>	
<i>Rodrigo Enrich de Castro; Vivian Eiko Nunes Fujisawa; Andrey Kevin Argenti da Silva; Maria Eduarda Grazioli Maidana</i> .....	53

*VI Seminário do GT de  
História Política*  
ANPUH-RS  
2025

- A imprensa pelotense e a campanha eleitoral do PTB para Prefeito da cidade (1959)**  
*Isabelle Brancão Chaves* ..... 57

**ST 4- HISTÓRIA POLÍTICA A PARTIR DE DISTINTOS TEMAS**

- Por uma biografia política de Darcy da Rosa: trajetória trabalhista no Sul do Rio Grande do Sul (1955 1964)**  
*Patrícia Schneid Altenburg* ..... 66

**ST 5- REGIMES DITATORIAIS EM SUAS MULTIPLAS ARTICULAÇÕES**

- Quando o Estado apitou: Decreto-Lei Nº 3.199/1941 e a interdição do futebol feminino no Brasil**  
*Marília Guaragni de Almeida* ..... 74

- Marina Malleuve Bottino: uma jovem do seu tempo**  
*Elianee César O'Farrill* ..... 80

- Articulações de uma elite na cidade de Pelotas e o apoio ao golpe civil-militar de 1964 através da Associação Comercial de Pelotas**  
*Leonardo Silva Amaral* ..... 84

VI Seminário do GT de  
História Política  
ANPUH-RS  
2025

# VI Seminário do GT de História Política

ANPUH-RS

## ST1- DEBATES CONTEMPORÂNEOS EM HISTÓRIA POLÍTICA



## **ASSOCIAÇÃO ENTRE GRAMSCI E O CRIME ORGANIZADO NA OBRA DE OLAVO DE CARVALHO**

*Raul Dias Godinho<sup>1</sup>*

Uma das figuras mais relevantes para compreender o crescimento da extrema-direita no Brasil no decorrer das administrações petistas, com certeza, é Olavo de Carvalho. O autor ganhou muita notoriedade através de suas publicações em texto e em vídeo nas redes sociais. Sua atuação como crítico da esquerda brasileira e global, porém, é anterior à chegada de Lula ao Palácio do Planalto em 2003, pois desde a década de 1990 vinha desenvolvendo as ideias e práticas que o levariam ao estrelato nos anos posteriores.

As ideias conspiracionistas são fundamentais para entender o sucesso de Olavo de Carvalho nas redes sociais, pois, através delas, suas postagens “repercuciram fortemente nos ecossistemas digitais e até mesmo nas mídias analógicas, como aconteceu com o episódio em que Carvalho acusava a Pepsi de utilizar fetos abortados em sua fórmula” (Felinto, 2023, p. 16). Através do choque causado por publicações como essa e dos consequentes embates, o autor conquistava maior visibilidade tanto para alcançar novos seguidores que poderiam apoiá-lo (Cruz, 2023, p. 63-65) como para encontrar novos adversários que buscassem respondê-lo e pudessem se tornar novos alvos para seus ataques, permitindo a criação de ainda mais conteúdo raioso (Carvalho, Bugalho, 2019, p. 62).

Mas mesmo nos livros publicados durante a presidência de Fernando Henrique Cardoso é possível observar a presença de argumentos conspiracionistas – exemplo relevante é quando em *O Jardim das Aflições*, publicado originalmente em 1995, o autor insinua que o tucano só teria se tornado presidente por causa de maquinações maçônicas: “Fernando Henrique Cardoso — o político ruim de voto que, recebendo a iniciação maçônica, em poucos anos chega à presidência” (Carvalho, 2015). Dentre as diversas conspirações presentes na obra do autor, uma se destaca por aparecer nessas duas fases e será objeto de estudo deste resumo: a associação entre o marxista italiano Antônio Gramsci e a formação do crime organizado brasileiro.

---

<sup>1</sup> Mestre em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, professor na Rede Municipal de Educação de Porto Alegre.

**VI Seminário do GT de  
História Política**  
**A N P U H - R S**  
**2 0 2 5**

Para Olavo de Carvalho, o perigo vermelho iria muito além das formas tradicionais de luta política, pois o foco do marxismo não estaria mais voltado nem à luta armada nem aos processos eleitorais. Ele defendia que, principalmente depois do fim da União Soviética, os comunistas teriam percebido que o povo ainda não estava pronto para aceitar as ideias de esquerda, por isso, deveriam “amestrar o povo *antes* de fazer a revolução”. Fazer com que todos pensassem, sentissem e agissem *como* membros de um Estado comunista enquanto ainda vivendo num quadro externo comunista” (Carvalho, 2014, p. 57).

Para conquistar tal controle, na interpretação de Olavo de Carvalho, a principal referência intelectual da esquerda não poderia mais ser a de Lênin, Mao Tsé-Tung e outros revolucionários que tomaram o poder através das armas. Este papel deveria ser ocupado, portanto, por Antônio Gramsci, que defenderia uma inversão de valores desenvolvida através “de uma gigantesca operação de lavagem cerebral, que deve apagar (...) toda herança moral e cultural da humanidade, para substituí-la por princípios radicalmente novos, fundados no primado da revolução” (Carvalho, 2014, p. 63).

A preocupação do autor conservador com as ideias gramscianas é tanta que um de seus principais livros é quase que inteiro escrito para alertar seus leitores sobre os perigos de seu marxismo cultural. Em *A Nova Era e a Revolução Cultural*, publicado originalmente em 1994, Olavo relaciona a obra do comunista italiano à de Fritjof Capra, um físico de formação que buscou unir a ciência ocidental com conhecimentos milenares orientais. Os dois seriam caminhos distintos para o mesmo fim: desmoralizar as tradições ocidentais para que um novo modelo pudesse surgir. Capra teria feito isso à direita, através de um liberalismo progressista, já Gramsci seria a versão comunista deste projeto.

No decorrer de *A Nova Era e a Revolução Cultural*, Olavo busca demonstrar como a esquerda teria passado a disputar o controle cultural do mundo, buscando desvalorizar elementos da cultura ocidental, destruindo pilares como a família e a religião. E dentre os elementos a serem destruídos, aquele que vale destaque e análise neste trabalho é a subversão da percepção entre certo e errado. Antônio Gramsci e a esquerda teriam passado a valorizar a criminalidade, e, segundo Olavo de Carvalho, a produção cultural e acadêmica teriam se voltado a louvar e justificar a prática de crimes, principalmente aqueles cometidos por pobres contra os ricos.

*VI Seminário do GT de  
História Política*  
ANPUH-RS  
2025

Olavo aponta que o Brasil seria um dos espaços onde essa prática melhor se desenvolveu. Na sua interpretação, “nossos escritores e artistas produzem uma cultura de idealização da malandragem, do vício e do crime”, criando personagens e cenários em que “ladrões e assassinos são essencialmente bons ou pelo menos neutros, a polícia e as classes superiores a que ela serve são essencialmente más” (Carvalho, 2014, p. 122-123). Como exemplo desse problema, ele aponta nomes de musicistas, escritores literários, dramaturgos e diretores, destacando os livros *Capitães da areia* de Jorge Amado e *Angústia* de Graciliano Ramos, ambos autores reconhecidos por seus anos de militância no PCB.

No âmbito acadêmico, Olavo de Carvalho observa reflexos desse mesmo fenômeno, afirmando que o esforço do marxismo em concentrar sua análise na classe ao invés de no indivíduo acaba por isentar todos os pobres – mesmo os que seriam “maus” – e condenar todos os ricos – incluindo os “bons”. Na visão de Olavo, a posição da intelectualidade de esquerda seria que “quando um habitante da favela comete um crime de morte, deve ser tratado com clemência porque pertence à classe dos inocentes. Quando um diretor de empresa sonega impostos, deve ser punido com rigor porque pertence à classe culpada” (Carvalho, 2014, p. 124). Assim, a esquerda, baseada nos princípios gramscianos, criaria confusão entre o certo e o errado para desmontar as bases cristãs e capitalistas ocidentais e facilitar o avanço das pautas marxistas. Esta seria a disputa pelo controle da hegemonia, pelo controle das mentes e corações.

Para Olavo de Carvalho, o conluio entre o gramscismo e as práticas criminosas iria muito mais longe do que a mera apologia e naturalização da atuação de ladrões, assassinos e traficantes. Ele aponta que a esquerda brasileira teria se voltado à obra de Antônio Gramsci antes do restante do comunismo mundial, pois sofrera uma grande derrota anterior à queda do muro: a derrota na luta armada durante a ditadura militar. Presos nas celas junto de presidiários comuns, os militantes teriam ensinado a eles as táticas de guerrilha e de organização paramilitar. Por isso, afirma categoricamente que “o Comando Vermelho nasceu da convivência entre criminosos comuns e ativistas políticos dentro do presídio da Ilha Grande, entre os anos de 1969 e 1978” (Carvalho, 2014, p. 98).

Esta aproximação teria sido consciente por parte dos guerrilheiros e dos comandantes da esquerda brasileira, pois estes teriam optado por abandonar a defesa do proletariado fabril para abraçar o *lumpemproletariado*. Segundo a argumentação, Olavo acreditava que este grupo empobrecido se tornaria o braço armado dos partidos marxistas quando a revolução

*VI Seminário do GT de  
História Política*  
ANPUH-RS  
2025

pudesse estourar (Carvalho, 2014, p. 75), por isso as estratégias dos guerrilheiros teriam sido passadas adiante.

Durante a Nova República, o suposto conluio entre crime organizado e a esquerda (agora organizada em partidos e conquistando vitórias eleitorais) teria se aprofundado, começando pelo Rio de Janeiro. Lá, Olavo afirma que “o apoio dos bicheiros – o que é mesmo que dizer: dos traficantes – foi a principal base de sustentação popular sobre a qual se ergueu [...] o império do brizolismo, a ala mais tradicional e populista da esquerda brasileira” (Carvalho, 2014, p. 133). Depois, tais acusações contra o petista passariam a ser replicadas aos governos petistas em âmbitos estaduais e no âmbito federal.

Inclusive, antes mesmo de o PT conquistar a Presidência da República, Olavo de Carvalho aponta-o como um dos causadores do crescimento do crime organizado na década de 1990. Logo após de acusar Leonel Brizola, o autor afirma que as tentativas de intervir no estado foram infrutíferas porque “a esquerda não se limitara a colaborar com os bandidos, mas se ocupara também de debilitar seus perseguidores; que a CUT e o PT, infiltrando-se na Polícia Federal, haviam tornado esta organização mais ameaçadora ao governo federal do que para traficantes e quadrilheiros” (Carvalho, 2014, p. 133).

A atuação sindical teria aparelhado órgãos policiais para impedir suas ações contra traficantes e mesmo quando ações mais duras fossem tomadas, a imprensa e a intelectualidade agiriam para defender a marginalidade. Isso aconteceria porque dentro do plano gramsciano de controle da hegemonia, professores, pesquisadores e jornalistas formados nas universidades teriam sido todos doutrinados para reproduzir os ideais defendidos pelo marxismo cultural, sendo o ambiente acadêmico e a mídia um dos principais espaços para perpetuação do plano de Gramsci (Carvalho, 2014, p. 162).

Olavo de Carvalho, desta maneira, constrói uma série de associações diretas e indiretas que conectam PCC e Comando Vermelho às universidades, aos grandes jornais, aos sindicatos, à luta armada contra a ditadura e aos partidos tradicionais de esquerda. Uma conspiração intrincada que poderia ser vista como uma curiosa nota de rodapé dentro da produção intelectual brasileira. E uma nota de rodapé facilmente descartável, pois ele foi um autor que nunca conquistou espaço ou reconhecimento dentre os professores universitários que tanto criticou.

**VI Seminário do GT de  
História Política**  
ANPUH-RS  
2025

As suas ideias, entretanto, deixam de ser uma mera curiosidade na medida em que seu autor tornou-se um homem com poder e influência para não apenas jantar com um Presidente da República, mas, também, indicar ministros e secretários para seu governo. Dentro do primeiro, Olavo de Carvalho indicou um chanceler e dois dos ministros da Educação de Jair Bolsonaro. Já no segundo escalão se destacam o secretário de cultura Roberto Alvim, que foi afastado por apologia ao nazismo, e o assessor Filipe Martins, condenado por realizar um gesto vinculado a movimentos supremacistas brancos durante uma sessão do Senado.

Por mais que Olavo e Bolsonaro tenham se afastado na segunda metade do mandato, que o primeiro já tenha falecido e o segundo esteja momentaneamente impedido de candidatar-se, a influência de conspirações como a que descrevi aqui seguem importantes para a extrema-direita brasileira. O que pode significar a criação e execução de políticas públicas baseadas em interpretações tortas de fatos e ideias. Por mais que seja um trabalho árduo, compreender a origem e a organização do conspiracionismo olavista (e de outros líderes nacionais e internacionais) é essencial para impedir que este tipo de argumentação paute o debate público e seja executado por nossos governantes.

**Referências:**

CARVALHO, Heloisa de. BUGALHO, Henry. *Meu pai, o guru do presidente: a face ainda oculta de Olavo de Carvalho*. Curitiba, Kotter Editorial, Editora 247, 2020.

CARVALHO, Olavo de. *A Nova Era e a Revolução Cultural*: Fritjof Capra & Antonio Gramsci. 4ª Edição. Campinas, Vide Editorial, 2014.

CARVALHO, Olavo de. *O Jardim das Aflições*: de Epicuro à ressurreição de César: ensaio sobre o Materialismo e a Religião Civil. 3ª Edição (formato digital). Campinas, Vide Editorial, 2015.

CRUZ, Felipe Silva da. “*Agentes do caos*”: ‘Guerra Cultural’, Redes Sociais e “Nova Direita” no Brasil recente (2014 – 2018). Dissertação – Mestrado em História, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2023.

FELINTO, E. “Me parece verdadeiro pelo contexto”: Olavo de Carvalho, Conspiracionismo e a Desinformação como Programa Político. *Revista Eco-pós*, Rio de Janeiro, vol. 26, n. 1, 2023.

***SOFT POWER DA ALEMANHA NO SÉCULO XXI: O INSTITUTO GOETHE,  
O PROGRAMA DAAD E O ENERGIEWENDE***

*Eduarda Ongarato*<sup>2</sup>

No mundo ultra conectado do século XXI, o *Soft Power* tem ganhado cada vez mais relevância na relação entre estados e atores internacionais. A influência está presente na vida cotidiana de todos, desde o trabalhador ao congressista. Conscientemente, ou não, a informação que vemos influencia a percepção sobre a realidade. Tendo em vista a crescente na influência em nossa atual sociedade, este artigo almeja identificar e compreender os instrumentos e ações utilizados pelo governo alemão, que diretamente, ou não, formularam o *Soft Power* da Alemanha na segunda metade do século XX e início do século XXI. Mesmo sendo uma teoria de orientação neoliberal, o conceito de *Soft Power*, cunhado pelo americano Joseph Nye em 1990 será analisado com a teoria Construtivista das Relações Internacionais. Além disso, a ideia de Nye expandiu largamente sua importância desde sua primeira publicação, diretamente relacionado aos avanços tecnológicos das últimas décadas. Sendo assim, os instrumentos de *Soft Power*, também chamado de poder brando ou poder de influência, utilizados pelo governo alemão neste artigo serão: o Instituto Goethe, responsável pela promoção da cultura e língua alemã ao redor do globo; o Serviço Alemão de Intercâmbio Acadêmico (DAAD) que financia estudantes nacionais e estrangeiros a estudar no exterior e na Alemanha respectivamente; e o projeto de transição energética *Energiewende*, que tem por objetivo a substituição do uso do carvão, combustíveis fósseis e energia nuclear por fontes sustentáveis e renováveis, como energia solar e eólica.

O conceito de *Soft Power* surgiu no fim do século XX, período da história de grandes avanços tecnológicos e integração entre Estados com a expansão da globalização e também mudanças políticas oriundas do fim da Guerra Fria. O termo foi primariamente definido pelo professor de Relações Internacionais norte-americano Joseph Nye. Já no início do século XXI, o conceito de *Soft Power* começou a ganhar palco nos debates acadêmicos fora dos Estados Unidos. Desde o início, o desenvolvimento do conceito esteve entrelaçado entre academia e governo. Rapidamente, governos de outros países, políticos e acadêmicos compreenderam que

---

<sup>2</sup>Graduada em História (L) pela Universidade de Passo Fundo (UPF). Mestre em Relações Internacionais pela Universidade Marie Curie Skłodowska (UMCS) em Lublin, Polônia. Mestranda em História pela Universidade de Passo Fundo com bolsa CAPES.

*VI Seminário do GT de  
História Política*  
ANPUH-RS  
2025

poderiam tomar medidas ativas para melhorar e expandir seu poder de influência, refletindo assim em benefícios político e econômicos para ser próprios países. Tendo vista a definição do conceito, Joseph Nye afirma: “O que é *Soft Power*? É a capacidade de obter o que você quer por meio da atração ao invés da coerção ou pagamentos. Ele surge da atratividade da cultura, ideias e práticas políticas de um país. Quando nossas práticas políticas são percebidas como legítimas pelos olhos dos outros, nosso *Soft Power* é aprimorado. (NYE, 2005, p.42)”.

A maior iniciativa governamental alemã acerca da promoção da sua cultura é sem dúvida o Instituto Goethe, criado em 1951. O objetivo principal do instituto é a promoção da cultura e língua alemã ao redor do globo, e seu nome é em honra a um dos poetas mais celebrados da história alemã, Johann Wolfgang von Goethe. O instituto disponibiliza ao público acesso ao *Rahmenvertrag*, acordo entre o Ministério das Relações Exteriores (*Bundesminister des Auswärtigen*) e o Instituto Goethe. É possível perceber no documento de 13 artigos o espectro da influência e ação do instituto. A relação de alinhamento entre governo e instituição é identificável no início do acordo, mais especificamente no Artigo 2º, parágrafo 1, que diz “O Ministério das Relações Exteriores e o Instituto Goethe deverão trabalhar juntos na implementação dos deveres contratuais. Eles deverão requerer de seu corpo diplomático e funcionários que cooperem lealmente uns com os outros.” A atividade combinada entre Ministério das Relações Exteriores e o Instituto Goethe tem sido instrumento de sucesso na promoção do *Soft Power* alemão. No website do Ministério, é destacada a importância da promoção cultural e há uma seção inteira dedicada a explicar esta importância. De acordo com o Ministério, “Relações culturais e políticas educacionais: A base para relações internacionais sólidas [...] Como o terceiro pilar da política exterior alemã, relações culturais e políticas educacionais promovem uma ampla fundação para sólidas relações internacionais”. Sendo assim, é possível identificar a ação do Instituto Goethe como a mais importante e complexa na promoção dos valores culturais no *Soft Power* alemão.

Outro instrumento de promoção de cultura e bases educacionais do *Soft Power* alemão é o DAAD (*Deutscher Akademischer Austauschdienst*), programa de bolsas de estudos para estrangeiros e alemães estudarem na Alemanha e no exterior, respectivamente. Criado em 1925 por um estudante da cidade de Heidelberg, é possível encontrar no website do programa que “o DAAD se tornou uma das mais importantes organizações de fundos para estudantes e pesquisadores no exterior no mundo”. Desde 1925, o DAAD apoiou mais de 2.9 milhões de

**VI Seminário do GT de  
História Política**  
**A N P U H - R S**  
**2 0 2 5**

acadêmicos na Alemanha e exterior. O programa depende de uma “forte estrutura organizacional, uma rede de parceiros e alunos ao redor do globo e uma motivada equipe de mais de 1,100 funcionários.” Todo ano, o DAAD divulga um relatório acerca de suas atividades e funcionamentos. No último relatório publicado, em 2022, a organização teve um orçamento de mais de 775 milhões de euros em um ano. Eles financiam tanto estudantes alemães quanto estrangeiros. Tendo em vista o papel dos intercâmbios, Joseph Nye ressalta a importância dos programas de intercâmbio acadêmico na promoção do Soft Power para o estreitamento de laços no nível individual entre os países. Na maioria das vezes, estudantes carregarão consigo a vida toda os laços com o país em que viveram e estudaram por algum período de tempo.

O terceiro instrumento de Soft Power alemão analisado é o *Energiewende*. Sustentabilidade tem sido um dos objetivos principais da Alemanha desde a década de 1990. A consciência dos impactos negativos da industrialização no planeta já existe desde meados do século XX, mas foi somente durante a década de 1990 que as convenções do clima que os países foram convencidos acerca do perigo que estes impactos representariam ao futuro global. Naturalmente, os países mais criticados foram os primeiros a se industrializar por estarem poluindo a muito mais tempo que os de industrialização mais recente. A Alemanha foi um dos primeiros a se industrializar e rapidamente se tornou a grande competidora da pioneira Inglaterra. Rapidamente, o governo alemão compreendeu que a mudança de paradigma no mundo globalizado acerca da industrialização necessitava de uma mudança, mais especificamente, um alinhamento do desenvolvimento tecnológico e industrial às pautas climáticas. A Fundação Heinrich Böll é um *think tank verde* alemão e sobre o *Energiewende* afirmam que “a Alemanha gerou muita atenção internacional para seu objetivo de transicionar para uma economia de energia renovável e abandonar o uso de fontes fósseis e nucleares.” A Alemanha tem por objetivo mudar as fontes de energia, mas não apenas isso, um dos objetivos principais da transição energética é a exportação de tecnologias sustentáveis. O país foi por décadas um dos líderes no desenvolvimento tecnológico, e na área de transição energética não seria diferente. Mesmo não sendo diretamente um investimento de soft Power, o projeto teve um enorme efeito positivo na imagem alemã ao redor do globo. Sem dúvidas, o *Energiewende* é uma das razões do porque a Alemanha pontuou tão alto no *Soft Power Index* e no *Soft Power 30* no ano de 2021.

*VI Seminário do GT de  
História Política*  
ANPUH-RS  
2025

O projeto é prioridade na diplomacia alemã. No artigo *Soft Power for Solar Power: Germany's New Climate Foreign Policy*, a ONG alemã *German Watch* afirma que “em um nível federal alemão, quatro ministros diferentes encarregados das relações exteriores, assuntos ambientais, assuntos relacionados à energia e também cooperação internacional são - juntos com a Chancelaria Federal – os jogadores principais em relação ao Meio ambiente alemão e a diplomacia energética.” (LI, 2016, p. 02)

Em suma, como afirma Nye, a compreensão e consolidação do Soft Power detêm três elementos chave: cultura, ideias políticas e políticas públicas. É possível concluir que a Alemanha é um bom exemplo de como o investimento direto em *Soft Power* promove ganhos econômicos e um aumento na relevância política nas Relações Internacionais. Os esforços combinados do governo a instituições como o Instituto Goethe, o programa de mobilidade acadêmica DAAD e o programa *Energiewende* se provaram frutíferos no aumento do poder de influência alemão. As pesquisas acerca de *Soft Power* publicadas pela Brand Finance e Portland Communications provaram que, a estratégia de alinhamento do Ministério das Relações Exteriores com os Instrumentos de *Soft Power* aumentou a posição alemã no ranking mundial, chegando até a alcançar o primeiro lugar em 2021.

#### **Referências:**

FEDERAL FOREIGN OFFICE. Cultural relations and education policy: A basis for strong international relations. 2023. Disponível em: <https://www.auswaertigesamt.de/en/aussenpolitik/themen/cultural-relations-and-education-policy/229306>. Acesso em: 20 de Julho de 2023.

GOETHE INSTITUTE. About us. 2023. Disponível em: <https://www.goethe.de/en/index.html>. Acesso em: 20 de Julho de 2023.

LI, Lina. Soft Power for Solar Power: Germany's New Climate Foreign Policy. 2016. Disponível em: <https://www.germanwatch.org/sites/default/files/publication/14552.pdf>. Acesso em: 08 de Junho de 2023.

MORRIS, Craig; PEHNT, Martin. Energy Transition: The German Energiewende. 2012. Disponível em: [pl.boell.org/sites/default/files/german-energy-transition.pdf](http://pl.boell.org/sites/default/files/german-energy-transition.pdf). Acesso em: 08 de Junho de 2023.

NYE, Joseph. Soft Power: The means to success in World Politics, Public Affairs: New York, 2005.

*VI Seminário do GT de  
História Política*  
ANPUH-RS  
2025

RAHMENVERTRAG. 2016. Disponível em:  
[https://www.goethe.de/resources/files/pdf215/rahmenvertrag\\_engl\\_15jan21.pdf](https://www.goethe.de/resources/files/pdf215/rahmenvertrag_engl_15jan21.pdf). Acesso em:  
20 de Julho de 2023.

WENDT, Alexander. Theory of International Politics, Cambridge University Press:  
Cambridge. 1999.

*VI Seminário do GT de  
História Política*  
ANPUH-RS  
2025

**MUNICIPALISMO-EMANCIPACIONISTA: CONSIDERAÇÕES SOBRE AS  
EMANCIPAÇÕES MUNICIPAIS NO RIO GRANDE DO SUL (1988-2001)**

Vítor Mateus Viebrantz<sup>3</sup>

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 188, colocada ao Congresso Nacional pelo executivo federal em novembro de 2019, ocasionou discussões sobre os numerosos 5.569 municípios brasileiros, suas vantagens e desvantagens. Entre as proposições da PEC, a supressão de municípios com populações menores que cinco mil habitantes e que tivessem arrecadação própria inferior a 10% da sua receita total foi a mais polemizada, suscitando o debate sobre os municípios na estrutura federalista brasileira, suas dimensões e participações na gestão do país. Todavia, as trajetórias políticas desses entes federativos não encontraram mesma repercussão.

Concatenado às questões políticas sobre a conformação dos municípios, discutimos na Oficina de Clio o processo contextual, institucional e político que levou a criação de mais de uma centena de municípios no Rio Grande do Sul, entre o final da década de 1980 e ao longo da de 1990, os quais seriam extintos caso a PEC nº 188 fosse aprovada em 2019. Esse fenômeno de multiplicação de municipalidade denominamos como municipalismo-emancipacionista, face aos vestígios contextuais procedentes da Redemocratização do país e das novidades institucionais inauguradas com a Constituição Federal (CF) de 1988 aos municípios e as possibilidades emancipacionistas trazidas pelas legislações no Rio Grande do Sul.

Partindo do primeiro termo, se tirarmos o “ismo” do municipalismo, ou seja, seu movimento, nos deparamos com “municipal” e, subtraindo o sufixo, com município. “Município” tem origem no latim *municipium*, derivado de *municeps*, que designava, na Roma Antiga, o cidadão de uma cidade livre. *Municeps* resulta da união de *munus* (dever, encargo) e *capio* (tomar, assumir), refletindo a ideia de tomada política das decisões políticas. No contexto

---

<sup>3</sup> Graduado (2022) e mestre (2024) em História pela Universidade de Passo Fundo. Doutorando em História pela mesma instituição. Bolsista do Programa de Suporte à Pós-Graduação de Instituições Comunitárias de Educação Superior (PROSUC) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). O presente trabalho foi realizado com apoio da CAPES – Brasil, conforme Portaria n. 206 de 04 de setembro de 2018.

*VI Seminário do GT de  
História Política*  
ANPUH-RS  
2025

romano, o município era uma entidade com jurisdições e encargos próprios. Atualmente, embora variando conforme o ordenamento de cada país, o município configura-se como a unidade político-administrativa mais descentralizada, com autonomia relativa e funções próprias na gestão pública local, representando o nível de governo mais próximo da população.

Essa caracterização etimológica nos é fundamental para compreender o municipalismo, agora sim o seu movimento, presença e disposição histórica no ordenamento político. O município historicamente, no Brasil, foi uma subdivisão política e administrativa de descontinuidades e localismos, marcados pela forte influência dos seus gestores pelo controle do poder local. Figurou também como articulador da dinâmica política nacional, com sucessivas relações com as instâncias estaduais e nacionais, entre interferências, centralizações e interesses; e descentralizações através dos diferentes processos políticos passados pela política nacional.

Ao final da Ditadura Militar (1964-1988), o Brasil vivenciou um processo de redemocratização, com a participação de diversos atores sociais e políticos e a promulgação da Constituição Federal (CF) de 1988. A nova Constituição visava consolidar a cidadania e a democracia, promovendo a descentralização do poder e ampliando a participação popular. Nesse contexto, o município foi elevado à condição de ente federativo, ganhando autonomia política e tornando-se um importante espaço para o exercício da democracia local. Ela também garantiu recursos econômicos e fiscais para sustentar a administração municipal, destacando-se o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) como principal fonte de financiamento. Esse repasse financeiro não exigia (exige) contrapartidas e, especialmente seu critério de distribuição baseado na população (menor quantitativo), foi essencial para justificar e impulsionar a criação de pequenos municípios em diversas regiões do país (Fonseca, 2023).

Além disso, a CF de 1988, fixou em seu Artigo 18, parágrafo 4º, que a “criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios [...] far-se-ão por lei estadual” (Brasil, Constituição Federal, de 05/10/1988). Assim, ela favoreceu não apenas a consolidação dos municípios dentro da arquitetura federalista, mas também o desenrolar do emancipacionismo – segundo termo da nossa definição: seja pelos interesses em torno dos recursos do FPM (pelo menor critério populacional), seja pela estadualização das regras às realidades de cada estado.

**VI Seminário do GT de  
História Política**  
**A N P U H - R S**  
**2 0 2 5**

O *boom* emancipacionista nacional observado nos estados ao final da década de 1980 e ao longo da de 1990 coincidiu a estadualização dos critérios de fragmentação municipal com a oportunidade de acesso ampliado às receitas públicas. Assim, o municipalismo-emancipacionista repercutia na criação de novos municípios atendendo interesses específicos, principalmente de representação e participação (ou controle) político pelo poder local e a gestão de recursos fiscais disponíveis em uma mesma área territorial, sem que fosse necessário elevar a carga tributária (Tomio, 2002; Pinheiro; Motta, 2003). O número de municípios brasileiros saltou de 4.121 em 1988 para 5.559 em 2001 (Tomio, 2002).<sup>4</sup>

Dos 1.438 novos municípios criados, 164 foram no Rio Grande do Sul, sendo este o estado que mais emancipou novas municipalidades na referida época. Como indica Fabrício Tomio (2002) vários fatores foram motores desse entusiasmo emancipacionista. Primeiramente, podemos destacar a atuação do parlamento estadual que, desde 1982, contava com uma comissão especial – a Comissão de Assuntos Municipais (CAM) – “uma comissão permanente especialmente destinada a assessorar e encaminhar os processos de emancipações dentro do poder legislativo” (Tomio, 2002, p. 117). A CAM representou um importante organismo e mecanismo do legislativo sul-rio-grandense de diligenciar as propostas, dar curso aos processos e atingir as emancipações.

Desde o início dos trabalhos da comissão, a perspectiva de utilizar as emancipações como um mecanismo para a ampliação das transferências fiscais ao estado sempre esteve presente. Esse argumento foi reiterado várias vezes nos discursos dos deputados estaduais gaúchos (Tomio, 2002, p. 117).

Ou seja, para além das intenções de fragmentação política e administrativa, a estratégia dos deputados de emancipacionismo era de aumentar a participação no rateio fiscal consolidado pela CF de 1988, frente ao critério populacional de pequenas populações pela divisão do FPM.

---

<sup>4</sup> Com a Emenda Constitucional Nº 15, de 12/09/1996, que cooptou a fixação de regras para criação de município da incumbência de legislações dos estados para a legislação federal, o ímpeto emancipacionista foi esvaziado e desacelerado. Entre 2001 e 2024, foram criados, tratando-se de processos específicos, apenas mais dez novos municípios em todo país, chegando em 5.569 em 2024, conforme os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

*VI Seminário do GT de  
História Política*  
ANPUH-RS  
2025

O ímpeto emancipacionista gaúcho, superior à média nacional, significou, segundo dados da Assembleia Legislativa, o crescimento de 12,88% na participação dos municípios do estado no total de recursos do FPM. Como até a promulgação da LC federal 62/1989, a distribuição do FPM dos municípios do interior era semelhante a um jogo de soma zero entre todos os municípios do Brasil, quanto mais municípios um estado criasse maior seria sua participação no fundo, em detrimento das unidades da federação que não fragmentassem seu território. Nesse jogo, no final dos anos oitenta, o grande campeão foi o estado do Rio Grande do Sul (Tomio, 2002, p. 11).

Assim, o favorecimento fiscal refletiu na consolidação das leis complementares que tratavam dos procedimentos por uma emancipação, bem como dos critérios mínimos legais para sua realização. Conforme previsto pela Constituição Estadual de 1989, uma lei complementar deveria ser aprovada para determinar as questões legais da criação de novos municípios. Pela agencia dos deputados estaduais, em maio de 1990, foi aprovada a Lei Complementar (LC) Nº 9.070, de 02/05/1990, que determinou os procedimentos legislativos e executivos para criação de municípios. Todavia, o seu Artigo 2º foi vetado pelo então governador Sinval Guazelli. Após negociações, em junho foi aprovada a LC Nº 9.089, de 19/06/1990, completando as exigências mínimas as demandas emancipacionistas.

Destacamos, nesse sentido permissivo e de interesse de criar novos municípios pequenos, dois critérios centrais: população mínima de 5 mil habitantes ou mínimo de 1.800 eleitores. Essa alternativa demarcada pela conjuração “ou” no Artigo 1º da LC Nº 9.089, de 19/06/1990 representava um facilitador de que quando o estoque de população não era suficiente, o critério eleitoral era considerado, criando alternativas para que as emancipações ocorressem. Além disso, podemos destacar que, conforme previsto pela Nº 9.070, de 02/05/1990, as iniciativas pelas emancipações deveriam partir das comunidades interessadas. Isso é um elemento primordial para problematizar e compreender a dinâmica política – e também partidária – que discorrerá da emancipação. Como previsto pela referida LC, após elegerem, através de uma assembleia comunitária, representantes para conformarem uma Comissão Emancipacionista, esse grupo deveria protocolar o pedido junto a Assembleia Legislativa em Porto Alegre, deferido o pedido e a documentação inicial, a Assembleia conferia uma credencial para agirem como condutores do processo de maneira geral.

*VI Seminário do GT de  
História Política*  
ANPUH-RS  
2025

Esse percurso implicava duas questões centrais: a primeira, a elegibilidade para esses indivíduos como representantes das comunidades interessadas e a segunda, a consolidação deles com o reconhecimento e responsabilização de promotores do processo de emancipação tanto junto aos deputados estaduais, mas, sobretudo, junto aos eleitores locais. Tal relação e performance, acabava desdobrando em capitaneamento do processo emancipacionista, o que conformava a passagem desses sujeitos aos cargos políticos e públicos, ao controle e gestão do poder local, quando os novos municípios foram instalados. Essa performance política de representação política atuada entre estratégias de capitaneamento do poder local em constituição, foi fundamental para compor as arenas políticas nas novas municipalidades dos micro-municípios recém emancipados, repercutindo até hodiernamente nessa importante parcela de municípios do quantitativo total sul-rio-grandense.

Assim, as vigências das LC favoreceram a marcha emancipacionista do municipalismo-emancipacionista no estado, pelos critérios mínimos facilmente atingíveis e também pela peculiaridade do percurso dos processos no ambiente legislativo pelo posicionamento favorável e imperativo frente aos vetos promovidos pelos governadores.

O ímpeto emancipacionista gaúcho, superior à média nacional, significou, segundo dados da Assembleia Legislativa, o crescimento de 12,88% na participação dos municípios do estado no total de recursos do FPM. Como até a promulgação da LC federal 62/1989, a distribuição do FPM dos municípios do interior era semelhante a um jogo de soma zero entre todos os municípios do Brasil, quanto mais municípios um estado criasse maior seria sua participação no fundo, em detrimento das unidades da federação que não fragmentassem seu território. Nesse jogo, no final dos anos oitenta, o grande campeão foi o estado do Rio Grande do Sul (Tomio, 2002, p. 11).

O municipalismo-emancipacionista sul-rio-grandense representou um fenômeno com ressonâncias e interesses fiscais, mas também teve implicações políticas, jurídicas e institucionais. A criação dessa mais de centena de municípios naquele período também desdobrou em um incremento de agentes políticos nas disputas pelas arenas locais e nas relações com a própria disputa na arena estadual, politicamente e partidariamente. Considerando que foram 164 novos municípios criados sob os respaldos das LC Nº 9.070, de 02/05/1990 e LC Nº 9.089, de 19/06/1990 podemos indicar que foram criados também 1.476 novos postos de representantes políticos nos legislativos locais (tomando como número mínimo

*VI Seminário do GT de  
História Política*  
ANPUH-RS  
2025

o quantitativo de nove vereadores), mais 328 postos de representantes no poder executivo entre prefeitos e vice-prefeitos, trazendo e implicando em uma redivisão do poder. Dos 333 municípios criados até 1988, em 2001 o Rio Grande do Sul passou à uma malha de 497 municípios.

Ao apontarmos algumas considerações centrais acerca das emancipações municipais ocorridas no Rio Grande do Sul entre os anos de 1988 e 2001, deparamo-nos com um fenômeno que definimos como municipalismo-emancipacionista. Esse processo transcendeu a simples reorganização da divisão administrativa do estado e a ampliação do acesso aos repasses do FPM. Na prática, promoveu a constituição de administrações municipais voltadas para populações reduzidas, no sentido político da representação política. Implicando não apenas em mudanças na lógica de governança e gestão pública, mas também em uma redistribuição – ou mesmo reconcentração – do poder político em nível local.

A aumento no número de municípios no Brasil e, particularmente, no Rio Grande do Sul, nesse intervalo temporal, pode ser compreendido como resultado e reflexo de um contexto histórico e institucional específico, oriundo principalmente da Constituição Federal de 1988. Nesse sentido, o municipalismo-emancipacionista emerge como uma expressão concreta dos rearranjos políticos do período pós-redemocratização, configurando-se como um vetor de dinamização do federalismo brasileiro, com efeitos diretos na representação política e no acesso aos recursos públicos por novos atores subnacionais.

Esse movimento emancipacionista interpretamos como uma forma de apropriação institucional do *munus* – isto é, dos ofícios – pelo *cápio* – ou seja, do tomar: arrogar um poder local para participar do jogo político. O municipalismo-emancipacionista expressa, portanto, o desejo de comunidades interioranas de se inserirem plenamente na estrutura federativa nacional, com vistas à obtenção de benefícios materiais e interesses políticos que advêm da condição deste ente federado.

Dos 497 municípios sul-rio-grandenses, segundo a Confederação Nacional dos Municípios, 228 seriam descontinuados caso a PEC nº 188 fosse aprovada em 2019. Todos os 164 criados entre 1988 e 2001, no municipalismo-emancipacionista, seriam extintos. Ou seja, a discussão sobre a camada política envolvida na criação dessas municipalidades, que problematizamos e interpretamos nesse texto, também é fundamental para as discussões sobre o reordenamento do federalismo, bem como, os encaminhamentos que trouxemos neste texto,

*VI Seminário do GT de  
História Política*  
ANPUH-RS  
2025

buscam apontar alguns elementos essenciais à essa temática na historiografia política, ainda lacunosa no tópico.

**Referências:**

BRASIL. [Constituição Federal (05/10/1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 28 fev. 2024.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS. **Municípios que podem ser extintos de acordo com a PEC do pacto federativo**. [Recurso online]. Disponível em: [https://cnm.org.br/storage/biblioteca/1217\\_Munic%C3%83%C2%ADpios\\_Podem\\_Ser\\_Extinatos.pdf](https://cnm.org.br/storage/biblioteca/1217_Munic%C3%83%C2%ADpios_Podem_Ser_Extinatos.pdf). Acesso em: 05 jun. 2025.

FONSECA, Lorena O. **A importância do FPM para os impostos municipais e serviços urbanos no Brasil**: uma análise empírica. 2023. Tese (Doutorado em Economia) - Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Malha municipal**. [Recurso online]. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/malhas-territoriais/15774-malhas.html?=&t=sobre>. Acesso em: 06 jun. 2025.

PINHEIRO, Ivan A. e MOTTA, Paulo C. D. Emancipações no Rio Grande do Sul: racionalidade ou inconsequência nos processos de municipalização. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 4, p. 741-775, jul./ago. 2003. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rap/article/view/6500>. Acesso em: 06 jun. 2025.

TOMIO, Francisco R. L. **Instituições, processo decisório e relações executivo-legislativo nos estados**: estudo comparativo sobre o processo de criação de municípios após a Constituição de 1988. 2002. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Departamento de Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

## DISPUTAS IDENTITÁRIAS NO MOVIMENTO SKINHEAD BRASILEIRO: FANZINES DIGITAIS E ANTIFASCISMO

Bruno Coutinho Lucas Pereira<sup>5</sup>

O movimento skinhead é um fenômeno cultural juvenil que se consolidou ao longo da segunda metade do século XX, caracterizado por uma estética marcante, códigos sociais próprios e forte vínculo com a classe trabalhadora urbana. Enquanto no senso comum o termo "skinhead" é frequentemente associado à violência, ao racismo e à extrema-direita, a realidade histórica e sociológica do movimento é bem mais complexa. Trata-se de uma subcultura, nos termos de Cuche (1999), isto é, uma manifestação cultural específica que, longe de se constituir como inferior à cultura dominante, expressa formas singulares de pertencimento e resistência dentro de diferentes contextos urbanos. A compreensão dessa complexidade é central para a pesquisa em questão, a qual se propõe a analisar os skinheads antifascistas brasileiros contemporâneos por meio da sua produção de fanzines digitais entre os anos de 2020 e 2021.

As origens da subcultura skinhead remontam à Inglaterra da década de 1960, quando jovens trabalhadores britânicos, inspirados pelas influências jamaicanas dos *rude boys*<sup>6</sup> e pelas sonoridades do reggae e do ska, formaram uma identidade baseada no orgulho operário, na estética trabalhadora e na vivência suburbana (Costa, 2000). Com vestimentas que remetiam ao cotidiano fabril — calças justas, coturnos, camisetas lisas, cabelo raspado —, esses jovens expressavam tanto sua revolta frente às transformações do mundo do trabalho quanto sua tentativa de afirmação cultural diante da juventude de classe média, como os hippies. Inicialmente multiculturais e conectados ao ambiente proletário londrino, os skinheads mantinham uma convivência marcada por trocas culturais com os imigrantes caribenhos (Silva, 2017). Ainda assim, é importante destacar que, mesmo nesse período inicial, o movimento carregava traços marcantes de masculinismo e agressividade, com ênfase em uma performatividade viril que permeava tanto o visual quanto as práticas de sociabilidade dos jovens envolvidos na subcultura (Costa, 2000).

---

<sup>5</sup> Mestrando em História pela Universidade Federal de Pelotas e bolsista CAPES.

<sup>6</sup> *Rude boys* eram jovens que compunham uma subcultura de origem jamaicana, envolvidos com estilos musicais como o ska e o rocksteady. Ao migrar para o Reino Unido, essas influências se integraram ao imaginário de parte da juventude branca da classe trabalhadora britânica, contribuindo para a formação da estética e da atitude do movimento skinhead (Costa, 2000).

**VI Seminário do GT de  
História Política**  
**A N P U H - R S**  
**2 0 2 5**

Contudo, a partir dos anos 1970, o movimento passou por uma inflexão significativa. Com o crescimento do desemprego e a precarização do trabalho, especialmente entre os jovens menos qualificados, parte dos skinheads passou a endossar discursos nacionalistas e xenofóbicos. Assim, tornou-se base de apoio para organizações como a *British National Front*, partido institucional britânico de extrema-direita, e, posteriormente, para movimentos neonazistas. Essa guinada à extrema-direita se consolidou nos anos 1980 com o surgimento de bandas como *Skrewdriver*<sup>7</sup> e organizações transnacionais como a *Blood & Honour*, que instrumentalizaram a música e os símbolos da subcultura para disseminar ideologias supremacistas (Almeida 2017; 2022). No Brasil, esse processo também se manifestou com força. Ainda na década de 1980, surgiram os Carecas do Subúrbio, primeiro coletivo skinhead do país, de caráter nacionalista e originado a partir da cena punk da região do ABC<sup>8</sup>. Posteriormente, como dissidência desse grupo, formou-se o Poder Branco Paulista, alinhado abertamente ao ideário neonazista e supremacista branco (Almeida 2022).

Apesar dessa pujante apropriação por setores ultradireitistas, conservadores e autoritários, o movimento skinhead se manteve híbrido, com diferentes vertentes disputando essa identidade. Ainda no século XX, durante as décadas de 1980 e 1990, grupos com orientações antirracistas, comunistas e anarquistas passaram a disputar o legado da subcultura. Coletivos como os *Baldies* e a *Anti-Racist Action* nos Estados Unidos se organizaram para enfrentar os naziskins<sup>9</sup> tanto simbolicamente quanto fisicamente, promovendo ações diretas, produção cultural alternativa e disputas pelo espaço público (Bray 2020). Os surgimentos da SHARP (*Skinheads Against Racial Prejudice*) em 1986, e, posteriormente, da RASH (*Red and Anarchist Skinheads*), em 1993 (Bray, 2020), sinalizam a emergência de uma vertente radicalmente oposta à hegemonia neonazista dentro do universo skinhead. No Brasil, essas

---

<sup>7</sup> O *Skrewdriver* foi uma banda britânica originalmente associada ao punk rock e ao movimento skinhead nos anos 1970. A partir dos anos 1980, sob liderança de Ian Stuart Donaldson, passou a ser reconhecida como um dos principais expoentes do chamado *Rock Against Communism* (RAC), movimento musical vinculado à extrema direita, com letras explicitamente racistas e nacionalistas. A trajetória da banda é frequentemente citada como um marco na consolidação da apropriação neonazista da estética skinhead.

<sup>8</sup> A sigla ABC refere-se à região formada pelos municípios de Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul, na Grande São Paulo. Historicamente marcada por forte presença industrial e por um operariado politicamente ativo, o ABC foi um dos principais pólos do movimento sindical brasileiro nos anos 1970 e 1980, além de ter desempenhado papel importante na formação de culturas juvenis urbanas, como o punk e o skinhead.

<sup>9</sup> Skinheads nazistas.

experiências chegaram de maneira mais tardia e ainda carecem de estudos sistemáticos que deem conta de sua complexidade.

A presente pesquisa busca justamente preencher essa lacuna ao investigar os skinheads antifascistas brasileiros no século XXI. Ao contrário da produção consolidada sobre os grupos neonazistas e nacionalistas, os coletivos de esquerda ligados ao movimento skinhead permanecem pouco explorados pela historiografia. A pesquisa aqui apresentada (que faz parte da dissertação de mestrado de seu autor), analisa, de forma inédita, a atuação do SHARP Brasil e de sua seção carioca por meio dos fanzines digitais *Amenaza Latina*<sup>10</sup> e *Duas Cores*, publicados entre 2020 e 2021. Além desses, também é utilizado o fanzine punk *Fora Skins* (2012), que oferece uma perspectiva crítica à tentativa de ressignificação antifascista do movimento. Esses materiais, que circulam em plataformas digitais como redes sociais, blogs e drives colaborativos, tornam-se espaços privilegiados para a construção de narrativas identitárias, disputas simbólicas e articulação política transnacional.

Os fanzines, historicamente vinculados às culturas punk e skinhead, funcionam há longa data como veículos de contra-informação e produção discursiva autônoma. Inicialmente produzidos com recursos artesanais, como colagens, datilografia e xerox (Prado 2017), permaneceram em evidência no século XXI com o processo de digitalização, se mantendo como instrumentos potentes de mobilização e difusão de ideias. Os exemplares analisados revelam uma tentativa deliberada de construir um pertencimento latino-americano a partir da releitura de eventos históricos, da crítica ao eurocentrismo e da articulação com pautas anticoloniais. Dessa forma, os fanzines se tornam fontes primárias fundamentais para compreender como se dá a elaboração de uma consciência histórica e de uma identidade política situada no interior de uma subcultura global.

A abordagem metodológica adotada parte da análise de discursos, conforme proposta por Milton Pinto (2002), com foco no contexto de produção e na relação entre linguagem e poder. Além do conteúdo explícito, são observadas as estratégias discursivas e visuais

---

<sup>10</sup> Vale mencionar que o fanzine *Amenaza Latina* é uma produção plural, resultado da articulação entre diferentes grupos antifascistas da América Latina, com participação de coletivos de países como Brasil, Chile, México e Peru, Argentina, Colômbia, entre outros. Essa diversidade reforça o caráter transnacional do antifascismo na região, configurando-o como uma fonte muito valiosa para pesquisas sobre o tema.

**VI Seminário do GT de  
História Política**  
**A N P U H - R S**  
**2 0 2 5**

utilizadas pelos enunciadores para construir legitimidade e projetar autoridade frente a seus interlocutores. Nesse sentido, faz-se uso do conceito de *ethos* discursivo, desenvolvido por Dominique Maingueneau (2020), que permite compreender como os sujeitos se apresentam textualmente como legítimos representantes de determinada posição ideológica. A análise das imagens presentes nos fanzines — como cenas de confronto com extremistas de direita ou referências a símbolos anticoloniais — é orientada pela perspectiva construcionista de representação (Hall 2016), segundo a qual o significado não é inerente aos objetos, mas socialmente produzido por meio de práticas culturais.

Do ponto de vista teórico, o trabalho se ancora nas noções de identidade de Stuart Hall (2006), que entende o “eu” como uma construção relacional, histórica e mutável, situada em contextos de poder e representação. A identidade dos skinheads antifascistas, nesse sentido, é forjada no confronto com os estigmas históricos associados à estética skinhead e na afirmação de um pertencimento regional que desafia as origens eurocêntricas do movimento. A consciência histórica, por sua vez, é concebida nos termos de Jörn Rüsen (2001) como a operação pela qual sujeitos interpretam o passado para dar sentido ao presente e projetar o futuro. Nos fanzines analisados, essa consciência se manifesta na reinterpretação da trajetória do movimento skinhead, na evocação das lutas populares latino-americanas e na crítica às formas contemporâneas de opressão, como o bolsonarismo. Soma-se a isso a concepção de antifascismo desenvolvida por Mark Bray (2020), adotada pela pesquisa como principal referência para a compreensão desse movimento como teoria e prática política. O autor entende o antifascismo não como uma ideologia estática ou uma mera reação a governos fascistas clássicos (pré-1945), mas como uma prática política radicalizada, dinâmica e militante, voltada à resistência contra múltiplas formas de autoritarismo, racismo, nacionalismo extremo, xenofobia e violência estrutural.

Ao articular esses referenciais e trabalhar com fontes alternativas, o estudo oferece uma contribuição inovadora aos estudos sobre juventude, subcultura e política no Brasil contemporâneo. Em um cenário de crescente polarização e avanço da extrema-direita, compreender como grupos juvenis constroem discursos politizados e de pertencimento torna-se uma tarefa urgente. A análise dos fanzines digitais revela que os skinheads antifascistas brasileiros reinterpretam o passado de sua subcultura ao passo em que propõem novas formas de engajamento político, ancoradas em solidariedade, crítica anticolonial e afirmação de uma

*VI Seminário do GT de  
História Política*  
ANPUH-RS  
2025

identidade regional insurgente. Trata-se, portanto, de uma leitura histórica comprometida com o tempo presente, que busca compreender os mecanismos de resistência cultural em tempos de crise.

**Referências Bibliográficas:**

- ALMEIDA, Alexandre. **Música Skinhead White Power brasileira: Guia de Referência.** Tese de Doutorado (Doutorado em História Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017.
- ALMEIDA, Alexandre. **Os mitos políticos do poder branco paulista.** São Paulo: Todas as Musas, 2022.
- BRAY, Mark. **Antifa: o manual antifascista.** São Paulo: Autonomia Literária, 2020.
- COSTA, Márcia Regina. Os “Carecas do Subúrbio”: caminhos de um nomadismo moderno. São Paulo: Editora Musa, 2000.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Trad. Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. 11<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- HALL, Stuart. **Cultura e Representação.** Rio de Janeiro: Editora Apicuri, 2016.
- PINTO, M. J. **Comunicação e discurso: introdução à análise de discursos.** 2 ed. São Paulo: Hacker, 2002.
- PRADO, Gustavo Dos Santos. **"Caminho para a morte na metrópole": cultura punk, fanzines, rock, política e mídia (1982-2004).** Tese de Doutorado (Doutorado em História). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017.
- RÜSEN, Jörn. **Razão histórica – teoria da história: os fundamentos da ciência histórica.** Trad. Estevão de Rezende Martins. Brasília: Editora da UNB, 2001.
- SILVA, Wlisses James de Farias. A linguagem da intolerância e seu fruto mais extremado: um breve histórico dos skinheads no Brasil e no mundo. **Jamaxi**, [S. l.], v. 1, n. 1, 2017, p. 164–174.

VI Seminário do GT de  
História Política  
ANPUH-RS  
2025

# VI Seminário do GT de História Política

ANPUH-RS

## ST 2- ENTRE O IMPÉRIO E A PRIMEIRA REPÚBLICA NO BRASIL



**VI Seminário do GT de  
História Política**  
ANPUH-RS  
2025

**UMA ELITE EM PERSPECTIVA: UMA PROPOSTA DE ELABORAÇÃO DE  
UMA BASE DE DADOS DOS DIRIGENTES DO RIO GRANDE DO SUL ENTRE  
1889 E 1989**

*Marcelo Viana*<sup>11</sup>

A aplicação de metodologias da história digital ainda é um ponto a explorar nos estudos sobre elites dirigentes, de forma a contribuir para uma história política renovada. A partir dessa consideração, um elemento presente em diferentes projetos historiográficos que envolvam biografias, perfis e trajetórias de agentes políticos está na constituição de bases de dados que permitam reunir informações sobre eles (Barman, 1978). Além de servir como um repositório para pesquisa, uma base<sup>12</sup> pode constituir um meio para processamento, padronização, cruzamento e ressignificação de dados, permitindo aos historiadores usuários, realizar recortes para testar suas hipóteses de estudo, instituindo novas narrativas históricas (Gil, 2015) e mesmo exercitar um ócio criativo sobre os perfis existentes, a fim de novas ideias. Sem contar ainda que este tipo de base de dados, ao estar disponível de forma on-line a um grande público, funciona de certo modo como um dicionário biográfico e um veículo de história pública, permitindo acessar informações até então dispersas em diferentes fontes.<sup>13</sup>

Nesta linha, a nossa proposta é construir uma base de dados digital e pública voltada ao mapeamento da elite político-administrativa da classe política do Rio Grande do Sul entre os anos de 1889 e 1989. O corte temporal, um tanto óbvio, demarca um século de atuação dos dirigentes a partir da Proclamação da República até a promulgação da última Constituição Estadual, contemplando diferentes contextos, como regimes autoritários (Estado Novo, Ditadura Civil-Militar) e períodos de (re)democratização, que impactaram na forma de organização do Estado em suas diversas instâncias. Espera-se que, em um período de um século, seja possível compreender como as transformações estruturais vivenciadas pelo Rio Grande do Sul (Herrlein Jr., Corazza, 2007; Fontoura, 2007; Soares, 2007) incidiram na composição da elite, assim como esta conduziu essas mudanças, a partir da reconfiguração do

---

<sup>11</sup> Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do RS – Campus Alvorada. E-mail: maverian1@gmail.com

<sup>12</sup> Mesmo que produzida de forma modesta, organizada em uma planilha de dados, como Excel. Uma definição simples sobre sua finalidade está na administração e armazenamento de “dados obtidos em fontes primárias com vistas a produzir conhecimento histórico” (Barleta, 2015).

<sup>13</sup> Um exemplo é o Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro do CPDOC-FGV, sob forma de base de dados digital. Disponível em <<https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo>> Acesso em 30.06.2025.

*VI Seminário do GT de  
História Política*  
ANPUH-RS  
2025

papel do Estado sobre a sociedade, repercutindo na profissionalização e da institucionalização de temas e áreas a partir da criação de novos órgãos públicos, por exemplo. Mais do que isso, a ampliação dessa elite, com ingresso de novos agentes sociais, afetou sua homogeneização, tornando os arranjos de poderes mais complexos pela ascensão e manutenção nos espaços de poder. Isso provoca interesse em explorar o quanto dessa elite se manteve, se adaptou e se transformou, passando da representação de uma elite fechada, centrada nas “profissões imperiais” (Coelho, 1999) e estancieiros no final do século XIX para um modelo de elite já próximo dos anos 2000 composto por políticos profissionais, burocracias técnicas e representantes de diferentes segmentos sociais, com maior (mas ainda modesta) diversidade de origens sociais, de gênero e de etnia.

Desta forma, nosso projeto tem como a definição posicional de elite baseada em Charles Wright Mills (1968), a partir da ocupação das posições de comando em uma sociedade, ou seja, aqueles que se posicionam em espaços de poder de forma a impactar na estrutura social, conforme seus propósitos. O método de identificação da elite por critérios posicionais é intuitivo e de fácil operacionalização (Codato, 2015), o que na construção de uma base de dados podem ser uma vantagem indiscutível, já que envolve a identificação dos postos e aqueles que os ocupam. Por sua vez, a prosopografia é imprescindível para traçar o perfil dos integrantes de uma elite, já que envolve a reunião e análise de questões uniformes, como origens sociais e familiares, formação acadêmica, posição econômica, ocupação e experiências profissionais, entre outros (Stone, 2011; Heinz, Codato, 2015). Sem uma base de dados, torna-se muito mais difícil estabelecer a reunião e a comparação de informações, que permitem justamente constituir um perfil do grupo analisado.

Os trabalhos de Joseph Love (1982), John Wirth (1982) e Robert Levine (1980) sobre as elites regionais de São Paulo, Minas Gerais e Pernambuco são referenciais por se basearem em critérios posicionais para identificar os detentores de poder nessas realidades estaduais entre os anos de 1889 e 1937. Quando os autores propuseram capítulos prosopográficos em suas obras, eles identificaram quais postos – altos cargos na administração pública regional e federal – e quem eram seus detentores, mapeando e traçando um perfil sobre 753 membros no total. O trabalho de Flávio Heinz e Marcelo Vianna (2021), sobre a elite do Rio Grande do Sul no mesmo período, valendo-se dos parâmetros dos estudos de Love, Wirth e Levine, arrolou um número menor, 130 indivíduos, se comparado à realidade de São Paulo (263 membros), Minas

*VI Seminário do GT de  
História Política*  
ANPUH-RS  
2025

Gerais (214 membros) e Pernambuco (276 membros). Isso revelou um grau de fechamento da elite, indicando uma baixa renovação social, demonstrável pelo tempo que alguns dirigentes ocupavam as posições de poder, como Manoel André da Rocha ter ocupado por 17 anos como Procurador-Geral do Estado (1904-1921) e 14 anos como Presidente do Tribunal de Justiça (1921-1935), Protásio Alves alcançado mais de 20 anos no posto de Secretário do Interior (1906-1926, 1926-1928) e o próprio Borges de Medeiros ter permanecido 25 anos como Presidente do Estado do Rio Grande do Sul (1898-1908, 1913-1928). O papel centralizador e autoritário desenvolvido pelas autoridades no período, respaldadas pela capacidade de mediação das disputas locais e pelo positivismo doutrinário, é característico no período, ainda que as guerras civis de 1893-1895 e 1923 possam ter colocado em xeque esse modelo.

Nosso estudo buscará explorar essa mudança em um período mais amplo, o que traz – *a priori* – alguns desafios. O primeiro, é reconhecer e incorporar um número crescente de postos especialmente a partir dos anos 1930, especialmente do Estado, propriamente voltados à elite. Não envolve apenas a expansão do número de secretarias estaduais, mas a criação de diferentes órgãos como Instituto Estadual de Previdência (1931), Departamento Autônomo de Estradas e Rodagens (DAER) em 1937, Consultoria-Geral do Estado em 1939, Instituto Rio-grandense do Arroz em 1942, Caixa Econômica Estadual em 1960, Companhia Estadual de Energia Elétrica em 1961, a Fundação de Ciência e Tecnologia em 1972, entre outros. Por sua vez, passam a ser considerados os prefeitos dos principais municípios do Rio Grande do Sul.<sup>14</sup> Além disso, o papel das associações, entidades e conselhos também ganham força no espectro socioeconômico e político, como a Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul (Farsul) em 1927, o Centro das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul em 1930 e a Associação dos Juízes do Rio Grande do Sul em 1944. Deste modo, a constituição da base passa a reconhecer um maior número de instituições e postos, levando-se em conta a complexidade das estruturas de poder que envolvem a elite regional, incluindo sua alternância motivada por disputas políticas, como as que envolviam grupos vinculado ao PTB e aos partidos anti-PTB nos anos 1950.

---

<sup>14</sup> Serão definidos os prefeitos de 10 municípios, além de Porto Alegre, conforme a evolução do PIB e o número populacional em relação ao estado do Rio Grande do Sul, segundo os censos estatísticos do período do estudo.

*VI Seminário do GT de  
História Política*  
ANPUH-RS  
2025

Isso traz um segundo desafio: identificar e incorporar novos agentes sociais nos espaços de elite a partir da Revolução de 1930.<sup>15</sup> O estabelecimento de quadros técnicos do Estado abertos a recrutamentos meritocráticos, como concursos públicos, possibilitando a inserção de grupos até então excluídos do processo, é um fator correlacionado: como observam Sônia Draibe (1985), Ângela de Castro Gomes (1994) e Eli Diniz (1997), a elite que constituía o Estado passou a valorizar uma visão técnica do detentor do diploma acadêmico – não mais restrito ao Direito, Medicina ou Engenharia – como indivíduo capaz de gerir, através da expertise e da neutralidade política, a administração pública, superando assim uma visão meramente simbólica do diploma. Além disso, a ampliação da participação político-partidária e os processos de redemocratização (pós-Estado Novo e pós-Ditadura Civil-Militar) contribui para expandir o número de postos e de novos ocupantes nestes espaços, quebrando os longos períodos de permanência nos postos nos primeiros anos republicanos no Rio Grande do Sul.

Enfim, a base de dados será constituída valendo-se basicamente de três ferramentas digitais. Ela envolve a elaboração de planilhas de dados via Excel, suportadas pelo programa FileMaker, para instituir uma base de dados relacional, com os campos a serem preenchidos (nascimento, origens sociais, formação, postos políticos...). A segunda envolverá transpor essas informações para o repositório digital Tainacan, funcionando como uma base de dados digital pública, acessível a todos via site do Laboratório de História Comparada e Social do Cone Sul.<sup>16</sup> Com o Tainacan, será possível um visual que contemple as imagens dessa elite, acompanhada de texto biográfico (quando disponível) e outros recursos audiovisuais, possibilitando o usuário conhecer mais sobre o membro da elite. Com os filtros, será possível arrolar diferentes cortes, como um determinado corte temporal ou uma seleção por cargos ocupados ou formação acadêmica.<sup>17</sup>

---

<sup>15</sup> Inicialmente podem ser vistos como coadjuvantes de uma elite já estabelecida, como Carlos Santos, deputado estadual classista na Assembleia Legislativa em 1935, primeiro parlamentar negro da casa. No entanto, ele alcançaria a posição de presidente da Assembleia em 1967, já como parlamentar reeleito pelo MDB, em plena Ditadura-Civil Militar.

<sup>16</sup> Naturalmente, o processo envolverá a coleta de amplo material natodigital e físico, como fichas funcionais, biografias e memórias, artigos e publicações, obituários, entrevistas e reportagens em meios jornalísticos, relatórios governamentais, além de trabalhos acadêmicos já disponíveis.

<sup>17</sup> Espera-se a primeira versão para 2026, com pelo menos 400 membros da elite identificados.

*VI Seminário do GT de  
História Política*  
ANPUH-RS  
2025

**Referências:**

Barleta, Leonardo. Bases de datos y organización de la información histórica: por um modelo (supuestamente) universal. In: Gil, Tiago L.; Bresciano, Juan Andrés (org.). **La Historiografía ante el giro digital: reflexiones teóricas y prácticas metodológicas.** Montevidéu: Cruz del Sur, 2015. p.159-192

Codato, Adriano. Metodologias para a identificação de elites: três exemplos clássicos. In: Codato, Adriano.; Perissinotto, R. **Como estudar elites.** Curitiba: UFPR, 2015. p.15-32.

Coelho, Edmundo C. **As profissões imperiais.** Rio de Janeiro: Record, 1999.

Diniz, Eli. O Estado Novo: Estrutura de Poder, Relações de Classes. In: Fausto, Boris (dir.). **O Brasil Republicano.** Rio de Janeiro: Bertrand, 1997. Tomo 3 v. 3. p. 77-120.

Draibe, Sonia. **Rumos e Metamorfoses** – um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil (1930-1960). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

Fontoura, Luiz Fernando Mazzini. Agricultura: Da Associação à Modernização. In: Gertz, René E. (dir.). **República: Da Revolução de 1930 à Ditadura Militar (1930-1985).** Porto Alegre: Méritos, 2007. p.117-136.

GIL, Tiago L. **Como se faz um banco de dados (em História).** Porto Alegre: Ladeira Livros, 2015.

Gomes, Angela Castro. **Engenheiros e economistas:** novas elites burocráticas. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1994.

Grijó, Luiz A. **O jogo das mediações:** Getúlio Vargas e sua geração no Rio Grande do Sul da 1ª República. Porto Alegre: Homo Plasticus, 2017.

Herrlein Jr., Ronaldo; Corazza, Gentil. Indústria e Comércio no Desenvolvimento Econômico (1930-1985). In: Gertz, René E. (dir.). **República: Da Revolução de 1930 à Ditadura Militar (1930-1985).** Porto Alegre: Méritos, 2007. p. 83-115.

Heinz, Flavio M.; Codato, Adriano. A prosopografia explicada para cientistas políticos. In: Codato, A.; Perissinotto, R. **Como estudar elites.** Curitiba: UFPR, 2015. p.249-278.

Heinz, Flavio M.; Vianna, Marcelo. Elites estatais no Sul do Brasil: prosopografia da alta administração republicana no Rio Grande do Sul, 1889-1937. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 46, p.138-159, jan/abr. 2021.

Levine, Robert. **A velha usina:** Pernambuco na federação brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

*VI Seminário do GT de  
História Política*  
ANPUH-RS  
2025

Love, Joseph. **A locomotiva:** São Paulo na federação brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

Souza, Maria do Carmo Campello de. **Estado e Partidos Políticos no Brasil.** 3.ed. São Paulo : Alfa-Ômega, 1990.

Stone, Lawrence. Prosopografia. **Revista de Sociologia Política**, Curitiba, v. 19, n. 39, p.115-137, jun. 2011.

Vianna, Marcelo. Uma base de dados para membros de carreiras técnicas: estudo sobre os promotores públicos do Rio Grande do Sul (1930-1964). **História UNICAP**, v. 5, n. 10, p. 376-395, 2018.

Wirth, John. **O fiel da balança:** Minas Gerais na Federação brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

## FUNDINDO RELAÇÕES, FORJANDO UM MAJOR: ALBERTO BINS NAS EXPOSIÇÕES UNIVERSAIS

Jéssica Bitencourt Lopes<sup>18</sup>

Em 1865, Emmerich Berta migrou da Europa para o Brasil com o objetivo de trabalhar na fábrica dos Irmãos Becker, em Porto Alegre. O crescimento urbano e o avanço industrial ampliaram o mercado metalúrgico, atraindo imigrantes com conhecimentos técnicos para o setor. A partir dessa base, formou-se o núcleo industrial que permitiria o surgimento de nomes como Alberto Bins, figura central da elite empresarial do Rio Grande do Sul nas primeiras décadas do século XX.

Durante sua estada na Alemanha e na Inglaterra, Bins foi aprendiz em várias indústrias, como a Krupp, referência mundial no setor metalúrgico. Ao retornar ao Brasil, passou a firmar sociedades com empresários locais, participando da *Bins & Friederichs* e da *Bromberg & Daudt* dedicadas a importação e comercialização de ferro bruto e materiais de construção (Fausel, [1957/1958 ?]; Spalding, 1973; Pesavento, 1991). Em 1891, tornou-se sócio da empresa de Emmerich Berta, assumindo sua direção em 1904, e reestruturando-a como *E. Berta & Cia.*

O *Almanak Laemmert*, editado e publicado pela *Tipografia Laemmert* do Rio de Janeiro, reunia informações sobre os negócios e instituições das principais cidades do Brasil, sendo uma espécie de glossário, um mapeamento socioprofissional, para aqueles que buscavam algum tipo de bem ou serviço (Vargas. Peres. 2020). Ao registrar os negócios e endereços da elite porto-alegrense, sua análise permite o rastreio da inserção de Bins em três empreendimentos metalúrgicos distintos, todos localizados na Rua Voluntários da Pátria. Essa concentração geográfica revelava não apenas sua força econômica, mas também suas redes de sociabilidade e alianças familiares. A análise arquitetônica feita por Adriana Miranda (2003) reforça o porte da fábrica: um quarteirão inteiro com múltiplas especialidades operando de forma integrada.

---

<sup>18</sup> Licenciada e Mestra em História pela Universidade Federal de Pelotas, doutoranda em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professora na educação básica e bolsista CNPq.

*VI Seminário do GT de  
História Política*  
ANPUH-RS  
2025

A especialização da empresa na produção de cofres — item de crescente demanda com a expansão bancária e urbanização — marcou o destaque da fábrica no cenário nacional. Cofres, camas, fogões e prensas eram produzidos com maquinário importado da Alemanha, o que evidencia a dependência tecnológica e as conexões internacionais estabelecidas por Bins. O investimento em tecnologia e estrutura, com seções especializadas e uso de trilhos para o transporte interno de materiais, colocavam a *E. Berta & Cia* como símbolo da modernização industrial.

A exposição nacional de 1908, realizada no Rio de Janeiro, projetou a *E. Berta & Cia* para o cenário nacional. O evento, promovido em comemoração ao centenário da abertura dos portos, foi uma vitrine da modernidade brasileira e reuniu o que havia de mais avançado em tecnologia, indústria e cultura. A fábrica de Bins ocupou duas salas do Palácio dos Estados, com uma variedade de mostruários — cofres, fogões e mobiliário metálico — que revelavam a potência do setor metalúrgico gaúcho.

As imagens registradas por José Boscagli e os catálogos da exposição demonstram que a fábrica não apenas participou, mas se destacou, recebendo prêmios que foram amplamente utilizados em sua publicidade institucional. A distinção obtida nas exposições tinha valor simbólico: tratava-se de um selo de prestígio, legitimador da posição da empresa na elite industrial do país. O uso dessas distinções em papéis timbrados, propagandas e anúncios demonstra como o capital simbólico era manipulado como estratégia empresarial.

O mercado de cofres, contudo, não era monopólio da Berta. Empresas como a *Viúva Gustavo Hugo & Cia*, em Porto Alegre, e as fundições *Progresso* (RJ) e *Bernardini* (SP) disputavam esse nicho. Ainda assim, o protagonismo conquistado por Bins em exposições nacionais e a inserção privilegiada no meio político e empresarial colocaram sua fábrica em posição de destaque. A rede de contatos e o prestígio construído por essas premiações permitiram à empresa atravessar décadas como referência no setor.

Afim de marcar a finalização do século e aspirando o desenvolvimento para o próximo, Intendente gaúcho Borges de Medeiros assina em abril de 1899 um decreto para a realização de uma exposição agroindustrial, visando exibir as produções estaduais, mas também, agradar e aproximar os empresários gaúchos do poder público. Após atrasos em sua organização, a exposição que deveria acontecer em 1900, é inaugurada no dia 24 de fevereiro de 1901 nos Campos da Redenção, com sua entrada ao lado da Escola de Engenharia.

*VI Seminário do GT de  
História Política*  
ANPUH-RS  
2025

Organizada para promover os produtos gaúchos e reafirmar os valores republicanos, essa exposição foi o cenário onde Bins recebeu a patente de Major da Guarda Nacional, concedido por Júlio de Castilhos. A patente, simbólica, expressava o desejo do Partido Republicano Rio-Grandense de integrar as elites industriais ao projeto político da nova República.

A nomeação a Major foi interpretada pelo próprio Bins como seu primeiro ato político. Recusando-se a aceitar posteriormente a patente de coronel, preferiu manter o título original, que simbolizava sua entrada autêntica, ainda que honorária, na vida pública. Segundo Fausel (1957/1958?), em suas visitas à Alemanha, Bins comparava o título de major ao de *kommerzienrat*, uma honraria concedida a empresários bem-sucedidos, revelando que a distinção obtida em Porto Alegre não era militar, mas empresarial e simbólica.

A participação nas exposições e a aquisição de títulos refletem estratégias típicas das elites industriais da Primeira República. Como argumenta Sandra Pesavento (1997), essas feiras eram palcos de propaganda burguesa e espaços de legitimação do progresso capitalista. Mais que vitrines técnicas, as exposições formavam redes políticas e reforçavam alianças entre empresários e o Estado. Ao exibir não só produtos, mas também inovações como a instalação de gás acetileno no pavilhão da prefeitura, a *E. Berta & Cia* demonstrava poder técnico e influência institucional.

Bins foi uma figura que uniu técnica, capital e política. A administração da fábrica ficou temporariamente com a família enquanto ele atuava na prefeitura de Porto Alegre. Em suas memórias, relata com humor que seus filhos reclamavam de sua ausência, dizendo: “De tempos em tempos temos a honrosa visita do senhor prefeito na nossa fábrica” (Fausel, 1957/1958?, p. 10). Essa passagem mostra como os laços entre empresa e vida pública se misturavam na sua trajetória.

Após 1937, o nome de Alberto Bins desaparece dos registros como empresário ativo, sendo lembrado principalmente por nomeações simbólicas, como a rua que leva seu nome em Porto Alegre. Ainda que não haja documentação suficiente sobre o fim da *E. Berta & Cia*, é possível supor que a empresa tenha sido incorporada a outros negócios familiares, à semelhança do que ocorreu com a *A. J. Renner & Cia* (Lopes, 2023).

As exposições nacionais e universais, além de promoverem a produção econômica, atuavam como verdadeiros espetáculos políticos. Como destaca Martins (2020), esses eventos

**VI Seminário do GT de  
História Política**  
ANPUH-RS  
2025

tinham a função de inserir o Brasil no circuito do capitalismo industrial global, mesmo que o país ainda fosse, em grande parte, agrário. O Rio Grande do Sul participou desse movimento promovendo exposições locais em 1859, 1866, 1875, 1881 e 1901. E na Exposição Brazileira-Alemã de 1881, organizada por Carlos von Koseritz e considerada a primeira exposição mundial do Brasil, a *Berta* já havia sido premiada com medalha de ouro.

O *Catálogo da Exposição de 1901*, além de apresentar os produtos e tecnologias gaúchas, dedicava-se à divulgação da Constituição de 1891 e do sistema republicano, mostrando como eventos industriais também funcionavam como veículos ideológicos. A Guarda Nacional, enquanto símbolo de poder imperial, foi ressignificada durante a República como ferramenta de aproximação entre as elites locais e o novo regime, mesmo que suas funções já fossem basicamente honorárias (Fertig, 2010; Martiny, 2010).

Ao receber o título de major durante a exposição, Bins foi incorporado a essa lógica. Seu pedido ousado a Júlio de Castilhos — “só aceito de capitão para cima” — demonstra a confiança de alguém que já ocupava um lugar importante entre os produtores e investidores locais. Com 31 anos, empresário de origem alemã, bem relacionado e símbolo da nova industrialização, Bins representava o tipo ideal de figura pública que a República rio-grandense desejava projetar.

Sua trajetória revela que o poder não se constrói apenas com capital financeiro ou industrial, mas também com símbolos, reconhecimentos e presença em eventos que celebram o progresso. Alberto Bins foi mais do que um empresário: ele foi um artífice da modernização burguesa do sul do Brasil, fabricando, ao mesmo tempo, produtos de ferro e uma identidade política forjada nas feiras, exposições e nas relações com o Estado.

## Referências

Álbum da Exposição. Órgão da Propaganda Nacional. **Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.** 1908. Disponível em: <<https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=000574&pagfis=1>>. Acesso em: 27 de junho de 2024.

BOSCAGLI, José. Exposição Nacional no Rio de Janeiro. Brasiliiana. Fotográfica Digital. Coleção Miguel Calmon. **Museu Histórico Nacional.** 1908. Acesso em: 26/04/2024. Disponível

*VI Seminário do GT de  
História Política*  
ANPUH-RS  
2025

em:<<https://brasilianafotografica.bn.gov.br/brasiliana/handle/20.500.12156.1/6142>/discover>.

CALEGARI, Virgílio. Fotografia da Exposição Agropecuária e Industrial do Rio Grande do Sul de 1901. Setor de Patrimônio Histórico. **LUME UFRGS**. 1901. Acesso em 19/04/2024. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/52969>>.

Catálogo da Exposição Estadual de 1901. Officina Typographica de Gundlach & Becker. Porto Alegre. 1901.

LAEMMERT, Eduard. Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial (RJ) - 1891 a 1940. **Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional**. Acesso em: 19 de outubro de 2022. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=313394&pesq=&pagfis=1>>.

MALTA, Augusto. Fotografias da Exposição Nacional de 1908. Coleção da Família Passos. **Museu da República**. Disponível em: <<https://brasilianafotografica.bn.gov.br/brasiliana/handle/20.500.12156.1/4886>/discover>. Acesso em: 20 de junho de 2024.

NEVEZ, Arthur Getúlio das. **Catálogo resumido ou syntese dos mostruários da Exposição Nacional de 1908**. Rio de Janeiro. Imprensa Nacional. 1908. Disponível em: <[http://biblioteca.in.gov.br/o/biblioteca-digital-internet-lf7\\_1-ce-theme/pdf/index.html?file=http://biblioteca.in.gov.br/documents/20127/0/Catalogo+R+das+Neves-1908.pdf/da9f527d-9030-3f31-74e2-ac940d03f4a6](http://biblioteca.in.gov.br/o/biblioteca-digital-internet-lf7_1-ce-theme/pdf/index.html?file=http://biblioteca.in.gov.br/documents/20127/0/Catalogo+R+das+Neves-1908.pdf/da9f527d-9030-3f31-74e2-ac940d03f4a6)> . Acesso em: 04 de julho de 2024.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção:** crítica social do julgamento. Porto Alegre/RS: Zouk. 2011.

FAUSEL, Erich. **Alberto Bins:** O merlense brasileiro. São Leopoldo /RS: Rotermund & Cia. LTDA. [1957/1958 ?].

FERTIG, André. Valentes vingadores: os guardas nacionais rio-grandenses como símbolos do Império do Brasil. **Revista Escritas**, v. 2. 2010. Disponível em: <<https://periodicos.ufnt.edu.br/index.php/escritas/article/view/1146>>. Acesso em: 17 de julho de 2024.

LOPES, Jéssica Bitencourt. **Boletim Renner:** uma estratégia do poder empresarial, Porto Alegre - RS (1949-1958). Porto Alegre: Mundo Acadêmico, 2023.

MARTINS, Mônica de Souza Nunes. O espetáculo da economia: a Primeira Exposição Nacional da Indústria no Império do Brasil, em 1861. **Tópoi**, v.21, n. 44. 2020.

MARTINY, Carina. “**Os seus serviços públicos e políticos estão de certo modo ligados à prosperidade do município” Constituindo redes e consolidando o poder:** uma elite política local (São Sebastião do Caí, 1875-1900). Dissertação (Mestrado em História) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, 2010.

*VI Seminário do GT de  
História Política*  
ANPUH-RS  
2025

MIRANDA, Adriana Eckert. **A evolução do edifício industrial em Porto Alegre 1870 a 1950.** Dissertação (Mestrado em Arquitetura). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2003.

MUGGE, Miqueias Henrique. **Eles estão prontos a contribuir:** guardas nacionais hierarquias sociais e cidadania. Província do Rio Grande do Sul – segunda metade do século XIX. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. 2012.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **A burguesia gaúcha:** Dominação do capital, disciplina e trabalho (1889-1930). Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Exposições universais:** espetáculos da modernidade do século XIX. São Paulo: Hucitec. 1997.

VARGAS, Jonas. PERES, Jéssica. Os usos do Almanack Laemmert para o estudo da cidade de Pelotas, seus habitantes e suas elites (c. 1907-1936). **Revista Digital Estudios Históricos.** Año XII, nº 24. Uruguay, 2020. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=8448178>>. Acesso em: 19 de junho de 2024.

## **A DIPLOMACIA DA PRIMEIRA REPÚBLICA: O MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES ENTRE 1889-1930**

*Nícolas de Oliveira Braga<sup>19</sup>*

O fim da monarquia reconfigurou de forma abrupta o organograma social e político brasileiro, ainda que isso não representasse uma pacificação com a Igreja e com os militares (Araújo, 2019, p.42). As insatisfações originaram-se por um entendimento de que o ordenamento político não estava adequado às necessidades do fim do século XIX, sobretudo após a influência da propaganda republicana (Silva, 2020, p.2). Com a proclamação, Marechal Deodoro da Fonseca, enquanto Chefe do Governo Provisório, firmou reconhecimento das agendas nacionais e internacionais oficializadas ainda pela Coroa (Garcia, 2018, p.78). Apesar disso, propôs uma reforma nas instituições nacionais e, sobretudo, no Ministério das Relações Exteriores (MRE). Diante dessa reestruturação, nomeou ministros para a pasta que pouco dialogam com a diplomacia, mas que possuíam caráter administrativo e jurídico, o que permitiu com que o Legislativo fosse capaz de reordenar a diplomacia brasileira no período (Figueira, 2010, p.8).

O primeiro ministro a ser nomeado, Quintino Bocaiúva (1889-1990), potencializou reformas internas do ministério, como cargos, salários e secretarias (Castro, 2009, p.155). Tal reforma acontecia em meio a um processo de legitimação do novo governo no exterior. Uruguai, Argentina e Chile acenaram positivamente com a república brasileira de imediato, enquanto os Estados Unidos optaram por maior cautela, ainda que enxergassem na ruptura com a coroa uma oportunidade de aproximar-se da América do Sul (Cervo; Bueno, 2011, p. 163).

Entretanto, apesar do reconhecimento internacional, o MRE seria palco de inconsistências ao longo de toda a década de 1890. Entre 1889 e 1902, mais de onze ministros, desconsiderando posses interinas, assumiram a chefia da pasta. Assim como as demais instituições de uma república recém proclamada, o MRE possuía dificuldades para encontrar uma linha contínua de pensamento. Contudo, apesar da instabilidade, o caráter ideológico se manteve ao longo da primeira década pós-proclamação, onde buscou-se romper com as velhas práticas diplomáticas da coroa, caracterizada por uma aproximação com os países americanos, sustentados, sobretudo, pela propaganda republicana (Carvalho, 2011, p.46). Essa

---

<sup>19</sup> Mestre em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, onde foi bolsista CNPq.

*VI Seminário do GT de  
História Política*  
ANPUH-RS  
2025

republicanização não se restringia somente aos Estados Unidos. A América do Sul, sobretudo a Argentina, passou a ocupar papel central na agenda diplomática. O Tratado de Montevidéu (1890), que deu fim ao impasse da região das Missões, simbolizou a agenda republicana, ainda que tenha gerado controvérsias ao ceder território brasileiro (Cervo; Bueno, 2011, p.181). A disputa foi resolvida pela arbitragem estadunidense, o que explicitou ainda mais a participação dos norte-americanos na América do Sul. Esse era o contexto da política externa brasileira na virada para o século XX: adotou-se um comportamento explicitamente republicano porque este traduzia os anseios do novo regime. Em primeiro momento, o MRE intensificou as reformas institucionais em detrimento da agenda de política externa, na mesma medida em que aguardava pelo reconhecimento internacional. A partir disso, intensificou a aproximação com os países vizinhos e com os Estados Unidos, buscando desvincular-se da diplomacia imperial. Contudo, as mudanças efetivas só viriam a acontecer nos primeiros anos do século XX, na gestão de Barão do Rio Branco, que elevaria o patamar da diplomacia brasileira ao ponto de tornar o país em uma potência regional.

A partir de 1902, quando José Maria da Silva Paranhos, o Barão do Rio Branco, assume o MRE a convite de Rodrigues Alves, a diplomacia brasileira passa por um processo de profissionalização, tornando-se exemplo no continente, e que concederia à Barão do Rio Branco um reconhecimento póstumo como um dos grandes símbolos nacionais (Carvalho, 2024, p.38). Ao conquistar fronteiras de forma pacífica, Barão do Rio Branco consolidou de forma institucional a diplomacia brasileira. Assumindo o MRE, Rio Branco modernizou a estrutura do ministério através de uma reforma administrativa que ampliou o visando aprimorar capacidade técnica e profissional do Itamaraty (Castro, 2009, p.214).

Por meio de uma diplomacia cultural, o MRE construiu uma imagem positiva do Brasil no exterior, diferenciando-o de seus vizinhos sul-americanos, vistos como instáveis e desorganizados, até mesmo pelo próprio Rio Branco (Cervo; Bueno, 2011, p. 171; Ricupero, 2002, p.84). O pragmatismo aproximou o Brasil dos Estados Unidos como estratégia de segurança e estabilidade hemisférica. Não somente, a Doutrina Monroe foi justificada como uma defesa das interferências europeias (Cervo; Bueno, 2011, p. 192). Paralelamente, Rio Branco o processo de delimitação das fronteiras nacionais de forma pacífica, sobretudo na questão do Acre. O Tratado de Petrópolis (1903), que garantiu a incorporação do território ao

*VI Seminário do GT de  
História Política*  
ANPUH-RS  
2025

Brasil, foi resultado de anos de uma diplomacia não armamentista e evitou o conflito bélico, reforçando a soberania brasileira na região amazônica (Swiech, 2020, p.69).

Nesse sentido, a década de atuação de Rio Branco à frente do MRE definiu os rumos da política externa brasileira, modernizando o Itamaraty e transformando o Brasil em potência regional. A herança institucional seria mantida nos anos seguintes, ainda que fosse testada pelas instabilidades da Primeira Guerra Mundial e das crises internas do século XX.

Diante da Primeira Guerra Mundial, a política externa brasileira foi submetida a uma nova vulnerabilidade. Inicialmente, o MRE manteve-se neutro. Contudo, a interrupção do comércio marítimo com a Alemanha e os ataques aos navios brasileiros romperam com o equilíbrio (Cervo; Bueno, 2011, p. 216). Diante da ruptura com os alemães em 1917, o Brasil declarou guerra ao país, embora sua participação direta tenha sido limitada. A decisão de entrar no conflito foi, em grande parte, uma estratégia de alinhamento aos Estados Unidos, com quem se buscava estreitar laços e obter ainda maior apoio no continente.

Entretanto, a guerra expôs as fragilidades do Estado brasileiro, que buscava se adequar ao novo sistema internacional, mas que ainda era dependente das exportações primárias, somado ao baixo potencial industrial, que favorecia os grandes cafeicultores. As dificuldades econômicas, associadas à instabilidade política da Primeira República, intensificaram a crise interna que abalaria a política doméstica na década de 1920. Nesse contexto, a participação na guerra teve mais efeitos simbólicos e diplomáticos do que práticos (Cervo; Bueno, 2011, p.224). Contudo, em uma perspectiva do MRE, o Brasil saiu da guerra com prestígio, participando da Conferência de Versalhes e tornando-se membro fundador da Liga das Nações, mesmo que tivesse suas pretensões freadas com a entrada da Alemanha na Liga (Santos, 1991, p. 258). Durante a década de 1920, o Itamaraty, frustrado com os desdobramentos da Liga das Nações, concentrou-se em manter as agendas com países vizinhos enquanto novamente se concentrava nas reformas administrativas, sendo palco de novas mudanças a partir da Revolução de 1930.

A Revolução de 1930 representou uma ruptura com as práticas da Primeira República, sobretudo pela crítica às políticas liberais, questionadas e descritas como incapazes de atender à realidade nacional. A centralização do poder e a modernização do Estado tornaram-se os pilares do novo regime, e que teria impactos nas relações exteriores (Carvalho, 2011, p.246). Diante de um status de sobrevivência, o MRE buscava acordos que não necessariamente

*VI Seminário do GT de  
História Política*  
ANPUH-RS  
2025

satisfizesse os interesses ideológicos de Vargas, mas sim que garantisse a manutenção do Estado e fornecesse insumos para a modernização, sobretudo na questão industrial. Nesse sentido, outros atores e instituições começam a ganhar força no Itamaraty, como o Exército, sobretudo na figura de Pedro Aurélio de Góes Monteiro, que, junto à Oswaldo Aranha, seriam os pilares da diplomacia na década de 1930.

Em suma, é possível identificar um padrão na política externa brasileira que perdura durante toda a Primeira República: acertos em meio às reformas, incertezas e instabilidade. Com exceção da excepcional década da gestão de Rio Branco, o MRE pode ser traduzido como uma instituição que seria reflexo da própria política doméstica, que enfrentava os desafios não só de uma república recém promulgada, mas também das ameaças internacionais causadas por guerras e crises econômicas. Apesar do protagonismo na América do Sul, as tentativas frustradas de maior reconhecimento nos demais continentes restringiram o Itamaraty à manutenção das relações com países vizinhos e inúmeras reformas administrativas, na tentativa de adequar-se à realidade da política doméstica. A partir de 1930, sobretudo diante dos desdobramentos da Segunda Guerra Mundial, o Brasil adotaria um posicionamento reconhecido pela literatura como *equidistância pragmática*, um dos mais notáveis períodos da diplomacia nacional.

### **Referências:**

- ARAÚJO, Thaise de Sousa. Proclamação da República: a instalação do novo regime político no Brasil. **Humana Res**, Teresina, v. 1, n. 1, p. 41-50, 2019.
- CARVALHO, José Murilo de. República, democracia e federalismo: brasil, 1870-1891. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 27, n. 45, p. 141-157, jun. 2011.
- CASTRO, Flávio Mendes de Oliveira. **1808-2008: dois séculos de história da organização do Itamaraty**. Brasília: Funag, 2009. Volume 1: 1808-1979.
- CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil**. 4. ed. Brasília: Unb, 2011.
- FIGUEIRA, Ariane Roder. Rupturas e continuidades no padrão organizacional e decisório do Ministério das Relações Exteriores. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 2, n. 53, p. 5-22, 2010.
- GARCIA, Eugênio Vargas. **Cronologia das Relações Internacionais do Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2018.

*VI Seminário do GT de  
História Política*  
ANPUH-RS  
2025

RICUPERO, Rubens. Rio Branco, definidor de valores nacionais. In: CARDIM, C. H. & ALMINO, J. **Rio Branco, a América do Sul e a modernização do Brasil.** Pref. de F. H. Cardoso. Rio de Janeiro: EMC, 2002.

SILVA, Lays Hesse Andrade. O Caráter Oligárquico da Passagem do Império para a República no Brasil. In: **XXV Encontro Nacional de Economia Política**, 2020, Salvador. Anais do XXV Encontro Nacional de Economia Política. UFBA, 2020.

SWIECH, Gregório Furtado. **Barão do Rio Branco: entre o direito internacional e a política.** 2020. 153 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Faculdade de Direito, Centro de Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020. SANTOS, Norma Breda dos. A Política Exterior da Velha República (1889 - 1930). Revista de Informação Legislativa, Brasília, v. 28, n. 111, p. 253-270, jun. 1991.

VI Seminário do GT de  
História Política  
ANPUH-RS  
2025

VI Seminário do GT de  
História Política

ANPUH-RS

ST 3- IMPRENSA POLÍTICA  
EM SUAS CONSTANTES  
IMBRICAÇÕES



**CONTATOS INÉDITOS NO ESPÍRITO DO RESPEITO MÚTUO E SINCERIDADE:  
AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS ENTRE O BRASIL E A UNIÃO SOVIÉTICA  
PELAS PÁGINAS DA REVISTA UNIÃO SOVIÉTICA EM FOCO**

*Larissa Ceroni de Moraes<sup>20</sup>*

O Século XX foi marcado por grandes transformações, no âmbito social, econômico, cultural, político e diplomático guiadas pela valorização do capital e o estabelecimento do sistema capitalista, instituindo dinâmicas de poder. Este modelo foi desenvolvido através de ciclos sistêmicos, dos quais apresentam uma fase de expansão material, de superacumulação de capital, de expansão financeira e ocorre uma revolução organizacional para a preservação da hegemonia capitalista.

O período conhecido como Guerra Fria (1947-1991) ficou marcado pela disputa de duas hegemonias: a estadunidense, com a dinâmica capitalista e a soviética, com a dinâmica socialista; estas nações centrais lutavam pela influência no restante do globo. A aproximação entre o Brasil (país latino-americano próximo aos Estados Unidos da América, EUA) e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) não era muito presente e divulgada pela imprensa. Neste trabalho utilizarei a revista *União Soviética em Foco* para desenhar como este material apresenta as relações políticas entre essas nações durante o ano de 1988, em uma visita de um grupo de vereadores brasileiros convidados a conhecerem e associarem-se ao regime socialista.

A revista foi uma coprodução entre a Agência de Notícias soviética, chamada de *Novosti* e a editora carioca *Revan*, na qual ficou no mercado brasileiro entre os anos de 1984-1990. A partir de uma análise bibliográfica de aproximadamente dois anos, relacionando o máximo de variáveis possíveis, trocas de e-mail com a editora, durante o ano de 2019 (que proporcionou certos dados) pude estruturar a dinâmica das publicações e da revista como um todo. A imprensa funciona como um aparelho privado de hegemonia, o qual age em prol do Estado burguês (no caso da revista, o Estado soviético) e para a sua manutenção, naturalizando e enraizando as dinâmicas e sistematizações de domínio de um grupo sobre os demais (Gramsci, 2007).

---

<sup>20</sup> Mestranda, Universidade Federal de Pelotas

**VI Seminário do GT de  
História Política**  
**A N P U H - R S**  
**2 0 2 5**

A *União Soviética em Foco* estava inserida na Indústria Cultural, esse conceito defende que as produções artísticas tornaram-se um produto que depende exclusivamente do mercado, da sua rotatividade e predominância, guiando e orientando os interlocutores, para desativar e desarticular qualquer possibilidade de revolta, pois é resultado da Indústria Cultural, que produz um modelo inabalável e hegemônico de “arte”<sup>21</sup>.

Adorno e Horkheimer (1985) ainda sinalizam que mesmo quando há a intenção de se desenvolver uma obra diferente, com outras dinâmicas e princípios acaba caindo na padronização oferecida e estimulada pela indústria, pois para estar no sistema deve-se agradar àquelas consciências habituadas o modelo vigente, é aqui que a revista *União Soviética em Foco* se encontra. Os autores ainda assinalam que os produtos da Indústria Cultural não são integrantes da cultura de massa, pois essa é oriunda do povo, com seus costumes, regionalizações, perspectivas e sem a intenção de ser comercializada, dessa forma, é por meio da Indústria que se difunde a ideologia das classes dominantes, perpetuando os princípios capitalistas (Adorno; Horkheimer, 1985). Com isto, toda produção cultural carrega características e aspectos dos seus agentes.

Thompson (1998) defende que a participação das mídias na sociedade, leva em consideração as relações entre público e privado. Essa dualidade é representada pelo poder político institucional, estatal *versus* as conexões pessoais, ambas apresentam características visíveis, compartilhadas e outras ocultas, acessadas por poucos. Desse modo, o público está ligado ao que é veiculado nas mídias, pois é por meio delas que permite-se um acesso às informações. O conteúdo presente na *União Soviética em Foco*, foi elaborado pela agência *Novosti* e propagado através da editora carioca Revan, a sua construção foi voltada a levar a URSS para o Brasil, por meio de uma linguagem e uma sistemática de propaganda.

Para conceitualizar este termo é preciso ter em mente que as propagandas mudam com o passar do tempo e o público almejado, logo com estas mudanças se altera a forma de propagandear, pois: “o que gera eficiência em um anúncio é o teor de interesse que possui para seu público-alvo. [...] a propaganda, além de informar e promover uma marca ou um produto,

---

<sup>21</sup> Toda a produção da Indústria Cultural não pode ser considerada arte, pois está seguindo e reproduzindo um modelo específico dos quais estão desassociados a grupos, o que importa é as possibilidades de lucro e a perpetuação do sistema (ADORNO; HORKHEIMER, 1985).

**VI Seminário do GT de  
História Política**  
**A N P U H - R S**  
**2 0 2 5**

tem a obrigação de entreter. É preciso ser interessante.” (Ribeiro; Eustachio, 2003, p. 32). A organização desta linguagem é destinada a criar uma imagem positiva e/ou negativa de fenômenos (podendo abordar pessoas, movimentos, acontecimentos, instituições etc.), ela foi desenhada para influenciar as opiniões e ações de certo público ou de uma sociedade total (Bobbio; Matteucci; Pasquino; 2004, p.1018). Logo, se cria uma argumentação para justificar os posicionamentos, assim como se opor às teses adversárias, possibilitando o combate, encontrando e atacando os pontos fracos do oponente, tais discursos, permitem a condução gradual do público.

Agora é importante falarmos sobre o que é discurso. Charaudeau (2008) trabalha com a análise do discurso a partir do entendimento de que o discurso é um ato de linguagem entre locutores e interlocutores, dos quais, juntos, constroem os sentidos, as relações e os entendimentos sobre tal. Logo, as produções são desenvolvidas a partir dos contextos de produção e reprodução. Quando analisamos um texto há as características linguísticas conjuntamente com as características sociais, históricas, econômicas e regionais.

Unindo estes diferentes conceitos e momentos históricos, com um estilo propagandeador, a documentação traz para a pesquisa um protagonismo aos soviéticos e a própria equipe editorial, composta por pessoas envolvidas politicamente com a causa comunista. Divulgando certos conceitos e entendimentos, a revista surge em 1984 e durante os anos da sua confecção seu discurso muda, mantendo como um de seus principais pilares a luta contra o capitalismo e o seu caráter educacional contra a opressão de classes.

Abrindo a edição de número 69, inserido na temática “Brasil-URSS”, há a reportagem de Viktor Belochapko, chamada de “Contatos imediatos no espírito da ‘glasnost’ ”, a qual durante quatro páginas irá discursar sobre a visita de políticos brasileiros à União Soviética. Pretendendo uma maior aproximação nas relações internacionais entre as duas nações, durante a viagem o grupo conheceu diferentes espaços e lideranças, ressignificando o olhar brasileiro sobre os soviéticos.

O contexto de Guerra Fria, traz a revista uma caráter de resistência à hegemonia, Gramsci traz que a hegemonia do Estado é também cultural, assim, a manutenção do capitalismo depende da economia, da política, da ciência, da cultura e da educação (Manacorda, 2019). Presente em um ciclo dominado pelos Estados Unidos, esta potência acaba detendo de um *soft power*, controlando as instituições e organizações de comércio internacionais, ao

**VI Seminário do GT de  
História Política**  
**A N P U H - R S**  
**2 0 2 5**

mesmo tempo em que investe no militarismo, estabelecendo uma “contra-revolução preventiva”, estrutura fundamental para o período da Guerra Fria.

Lidando com os últimos anos de uma dicotomia entre duas grandes potências, estes Estados são como "continentes de poder", dos quais buscam o seu crescimento, caso tenham governos territorialistas aumentam o seu poder expandindo as dimensões de seu "continente" e caso tenham governos capitalistas aumentam o seu poder acumulando riqueza dentro de um pequeno "continente" (ArrighI, 1996, p. 34). Os EUA e a URSS seguiam a mesma logística, acumulando ouro, até a estruturação do domínio do dólar como moeda, contendo o avanço soviético e acirrando as disputas, que duraram mais de quatro décadas e são encerradas com as aberturas políticas e culturais, amplamente divulgadas na revista.

Utilizando de um discurso propagandista, a *União Soviética em Foco* desde o começo da reportagem é apresentado o interesse dos brasileiros pelos soviéticos e toda a potência que tem esse contato:

Vemos nos primeiros contatos entre os representantes dos órgãos do poder local dos dois países um passo importante rumo ao aprofundamento da compreensão mútua entre nossos povos. Esses contatos devem-se essencialmente à vontade dos povos e se baseiam no desejo de se conhecerem melhor e trocaram experiências tendo em vista a solução dos problemas que, no mundo de hoje, com seus elementos interdependente, cada vez mais transcendem as fronteiras entre os Estados. (Saveliev, 1988, p. 04-05)

Saveliev aponta que as diferenças sistêmicas não deveriam impedir as relações entre ambos, utilizando da troca de experiências e de realidades para auxiliar com novas perspectivas sobre os problemas internos.

Tanto o Brasil como a União Soviética estavam no processo de abertura nas suas relações internacionais, o primeiro saía de uma ditadura civil-militar e estudava como seria o novo período democrático, enquanto o segundo encerrava com o seu regime socialista e voltava-se ao capitalismo. Com mudanças descontínuas, a hegemonia capitalista segue ciclos sistêmicos de acumulação, desenvolvendo a economia mundial capitalista como um todo (Arrighi, 1996, p. 09), deste modo a presença de um grupo que desvia minimamente destes pilares deve ser combatido e foi o método escolhido pelos EUA e seus aliados, contudo com o processo de abertura proporcionou a aproximação.

**VI Seminário do GT de  
História Política**  
**A N P U H - R S**  
**2 0 2 5**



Legenda: “A delegação brasileira reúne-se com os representantes do Conselho de Ministros da RSFR, em Moscou”

Fonte: Revista União Soviética em Foco, nº 69, ano VI, setembro de 1988, p. 03. Acervo: LIPEEM/NDH-UFPel.

Há uma apreciação entre os representantes, com trocas em diferentes campos, realizando-se reuniões, visitas e viagens internas guiadas, um exemplo disso é a imagem acima, presente na reportagem mostrando um destes momentos, em que estão discutindo sobre o processo da participação popular na tomada de decisões. O processo soviético é descrito com uma participação popular ampla, na busca de soluções para os problemas enfrentados pela sociedade, escrevendo: “o que impressiona é o fato de os direitos fundamentais do Homem ao trabalho, à educação, à previdência social e à assistência médica serem realmente garantidos.” (Saveliev, 1988, p. 06).

A intensa competição ideológica e política que jogou os Estados Unidos contra a União Soviética foi uma marca do processo de descolonização mundial, pois o caráter ideológico legitima a hegemonia estadunidense, acelerando o processo de reorganização da economia capitalista mundial para atender os povos não ocidentais e as classes não proprietárias do mundo, inserindo novas táticas ao sistema (ARRIGHI, 1996, p. 69-70). Assim a imagem soviética no Brasil foi construída em diálogo com os Estados Unidos, logo, quando o presidente da União de Vereadores do Brasil (UVB) Paulo Silas pontuou:

A experiência que colhemos aqui é muito importante para nós. Certamente isso não significa querer reproduzi-las mecanicamente em condições sociais e políticas diferentes. No entanto, o conhecimento de como funcionam os Sovietes em condições de avanço da transparência e da democratização da sociedade soviética significa poder aproveitar os pontos positivos aqui existentes em nosso trabalho concreto com a população”, assinalou. [...] Reinaldo Dias, responsável pelo Departamento de Relações Internacionais da UVB, declarou que a “delegação regressa ao Brasil despojada das noções erradas e

**VI Seminário do GT de  
História Política**  
ANPUH-RS  
2025

estereotipadas que muitos brasileiros ainda têm acerca da realidade soviética. Os soviéticos nada têm de sombrios e insociáveis, como frequentemente a imprensa ocidental os pinta. (Saveliev, 1988, p. 06)

A imagem e o discurso utilizado pelos vereadores brasileiros sobre a URSS foi alterado por meio do contato proporcionado pela viagem, que antes acreditava ser um povo sombrio e insociável. Todos os sistemas foram superados a partir das suas contradições, assim havia e há a busca da manutenção da hegemonia estadunidense após a revolução organizacional, momento em que se encerra um ciclo e inicia-se outro, como estava acontecendo em 1988.

Dentro de uma disputa ideológica, econômica, cultural, diplomática e social, a revista *União Soviética em Foco* consegue apresentar as dicotomias presentes na Guerra Fria, assim como as disputas de poder geradas pelos ciclos sistêmicos. Como a imprensa é integrante e fundamental para a estruturação de discursos, ela pode agir favorável ao capital ou favorável ao sistema soviético, como no caso analisado.

**Referências:**

- ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M. **Dialética do Esclarecimento:** fragmentos filosóficos. 1<sup>a</sup> edição. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- ARRIGHI, Giovanni. **O Longo Século XX:** dinheiro, poder e as origens de nosso tempo. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora UNESP, 1996.
- BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de Política.** vol 1 e 2. Brasília: L.G.E & Editora UNB: 2004.
- CHARAUDEAU, P. **Linguagem e Discurso:** modos de organização. 2<sup>a</sup> edição. São Paulo: Editora Contexto. 2008.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere, volume 3:** Maquiavel, notas sobre o estado e a política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- MANACORDA, Mario Alighiero. **O Princípio Educativo em Gramsci:** americanismo e conformismo. 3<sup>a</sup> edição. Campinas: Editora Alínea, 2019.
- RIBEIRO, J.; EUSTACHIO, J. **Entenda Propaganda:** 101 Perguntas e respostas sobre como usar poder da propaganda para gerar negócios. São Paulo: SENAC, 2003.
- THOMPSON, J. B. **A Mídia e a Modernidade:** uma teoria social da mídia. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

**VI Seminário do GT de  
História Política**  
ANPUH-RS  
2025

**HISTÓRIA, ESTADO E FOTOGRAFIA: O ACERVO FOTOGRÁFICO E  
AUDIOVISUAL DO PALÁCIO PIRATINI COMO FONTE PARA A HISTÓRIA  
POLÍTICA**

*Rodrigo Enrich de Castro<sup>22</sup>*  
*Vivian Eiko Nunes Fujisawa<sup>23</sup>*  
*Andrey Kevin Argenti da Silva<sup>24</sup>*  
*Maria Eduarda Grazioli Maidana<sup>25</sup>*

Este trabalho, em fase inicial, é uma análise sobre as possibilidades de utilização das fotografias oficiais, entendidas como aquelas produzidas pelo Estado, como fonte primária, especificamente para a pesquisa na área da história política. O foco do trabalho é a utilização do Acervo Fotográfico e Audiovisual do Palácio Piratini (APP), transferido ao Museu da Comunicação Hipólito José da Costa (MuseCom) e disponível na página dos Acervos da Cultura RS<sup>26</sup>.

O objetivo central deste trabalho é contribuir para o campo da história política através da explanação acerca das possibilidades da utilização das fotografias como fonte histórica. O trabalho tem como referências teórico-metodológicas uma série de autores que tratam da relação entre a fotografia e a história, como Monteiro (2016), Mauad (2005; 2008; 2014), Mauad e Lopes (2012), Kossoy (2001), Dubois (1993), entre outros. A possibilidade da utilização da fotografia como fonte, ao menos de forma mais estruturada, ocorreu a partir da escola dos Annales, quando a própria definição de fonte e de documento foi questionada e expandida.

Assim, de acordo com Le Goff, “o novo documento, alargado para além dos textos tradicionais, transformado em dado, deve ser tratado como um documento/monumento”. (LE GOFF, 1990, p. 549). O autor identifica a diferença entre o monumento enquanto vestígio do passado, “perpetuação das sociedades históricas”, e o documento enquanto uma escolha do historiador algo que pode ter o poder de prova. Para Mauad e Lopes (2012) a “fotografia pode ser um indício ou documento para se produzir uma história; ou ícone, texto ou monumento para

---

<sup>22</sup> Historiador (PUCRS), mestre e doutor em ciência política (UFRGS), servidor do Museu da Comunicação Hipólito José da Costa.

<sup>23</sup> Arquivista (UFRGS), servidora do Museu da Comunicação Hipólito José da Costa.

<sup>24</sup> Graduando em História (UFRGS), estagiário no Museu da Comunicação Hipólito José da Costa.

<sup>25</sup> Historiadora (PUCRS), estagiária no Museu da Comunicação Hipólito José da Costa.

<sup>26</sup> <https://arquivos.cultura.rs.gov.br/index.php/br-rs-mcom-app>

*VI Seminário do GT de  
História Política*  
ANPUH-RS  
2025

(re)apresentar o passado” (MAUAD, LOPES, 2012, p. 263). Os autores, referindo-se aos circuitos das imagens fotográficas no século XX, diferenciam duas possibilidades: as institucionalizadas, ligadas ao Estado e ao capital, produzidas pelo poder público para “dar visibilidade às ações estatais em compasso com as estratégias de persuasão e publicação do poder político” (*Ibid.*, p. 274), e a fotografia engajada, ou seja, o registro de processos sociais e políticos, do movimento operário às lutas pela liberdade sexual, produzida por fotógrafos profissionais. Desse modo, as fotografias presentes no APP encontram-se na interface entre as fotografias institucionalizadas e as engajadas.

Antes, é preciso uma breve explicação sobre o que é o Acervo Fotográfico e Audiovisual do Palácio Piratini (APP). A coleção é formada por aproximadamente 450 mil imagens produzidas/acumuladas por setores responsáveis pela comunicação do governo estadual, notadamente as do gabinete do governador. Até o momento, foram recebidos pelo Museu da Comunicação Hipólito José da Costa os itens referentes a quinze governos: de Walter Jobim (1947 a 1951), até o governo de Germano Rigotto (2003 a 2006). Atualmente estão em andamento as tratativas para o recebimento das gestões mais recentes.

As imagens são fontes singulares, sobretudo para a história política do Rio Grande do Sul e do Brasil. Nesses documentos, fotógrafos e cinegrafistas capturaram vários locais do estado, incluindo patrimônio cultural sul-rio-grandense, como prédios históricos, e grande diversidade de eventos políticos. Diferentes personalidades políticas também estão retratadas no acervo, tais como representantes de movimentos sociais, de entidades de classe e de sindicatos.

De acordo com as informações disponíveis, o MuseCom recebeu os conjuntos que compõem a coleção em lotes já organizados por governo e ordenados desta forma. Foram localizadas películas fotográficas - negativos de acetato - nos formatos 120 ("médio") até o ano de 1967. Posterior a essa data, são negativos e positivos, majoritariamente em poliéster, formato 135, além de cópias-contato e cópias fotográficas em papel. O repositório escolhido

**VI Seminário do GT de  
História Política**  
**A N P U H - R S**  
**2 0 2 5**

para a difusão online foi o *Access to Memory* (AtoM), indicado pelo Conselho Internacional de Arquivos<sup>27</sup>.

Considerando que a fotografia deve ser criticada dentro de seu contexto histórico, como exemplo da utilização da fotografia como imagem/documento e imagem/monumento, podemos citar o exemplo das dezenas de fotografias existentes no APP referentes ao período da campanha da Legalidade, em 1961, um dos principais eventos políticos do estado do Rio Grande do Sul nas últimas décadas, que foi fotografado e filmado por diversos profissionais, sendo um dos períodos com maior número de fontes fotográficas na história política do Rio Grande do Sul.

Devemos estabelecer, de forma resumida, o que foi exatamente a campanha da Legalidade. Após a renúncia do então presidente Jânio Quadros, em agosto de 1961, uma parte das forças armadas, da imprensa e do empresariado, começou a se mobilizar contra a posse do vice-presidente João Goulart, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), então em viagem oficial à China. O governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola (PTB), iniciou então uma campanha, através de discursos no rádio, defendendo a posse de Goulart como presidente, prevista a constituição em vigor. A população gaúcha mobilizou-se em peso, respondendo aos discursos de Brizola, em uma demonstração de que a defesa da democracia e da constituição contava com apoio popular. Assim, através da chamada Campanha da Legalidade, somada à divisão das forças armadas, com o III Exército sediado em Porto Alegre aderindo à legalidade, garantiu-se a posse do presidente João Goulart, mesmo que aceitando uma saída parlamentarista para a crise.

Em síntese, a utilização do APP como fonte de pesquisa na área da história política resulta relevante na medida em que contém registros que correspondem aos governos estaduais de 1947 até 2006, possibilitando reflexões sobre a fotografia oficial enquanto indicador da realidade política e de representação do poder, na interface entre a história cultural e a história política. Ao cobrir um recorte temporal tão amplo, o APP permite realizar análises tanto sobre as mudanças na tecnologia fotográfica ocorrida no período, como na própria técnica

---

<sup>27</sup> A descrição também é controlada e foi padronizada. Parte do processo foi publicado em um documento técnico, disponível em: [https://www.musecom.com.br/uploads/Acervos\\_MuseCom\\_na\\_web\\_v1.pdf](https://www.musecom.com.br/uploads/Acervos_MuseCom_na_web_v1.pdf)

*VI Seminário do GT de  
História Política*  
ANPUH-RS  
2025

fotográfica, ou ainda análises sobre a seleção e publicação de determinadas fotografias, representativas de um determinado momento histórico e das relações de poder ali expostas.

**Referências:**

CARDOSO, Ciro Flammarion. VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Novos domínios da história*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

DUBOIS, Philippe. *O ato fotográfico e outros ensaios*. Campinas, SP: Papirus, 1993.

KOSSOY, Boris. *Fotografia & História*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora UNICAMP, 1990.

MAUAD, Ana Maria. “Na mira do olhar: um exercício de análise da fotografia nas revistas ilustradas cariocas, na primeira metade do século XX”. *Anais do Museu Paulista*, v.13, n.1, p.133-174, 2005.

MAUAD, Ana M. “O olhar engajado: fotografia contemporânea e as dimensões políticas da cultura visual”. *ArtCultura* (UFU), v. 10, p. 31-48, 2008.

MAUAD, Ana Maria. LOPES, Marcos Felipe. “História e fotografia”. In. CARDOSO, Ciro Flammarion. VAINFAS, Ronald (orgs.). *Novos domínios da história*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

MAUAD, Ana Maria. “Fotografia e cultura política nos tempos da política da boa vizinhança”. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. N. Sér. v.22. n.1. p. 133-159. jan.- jun. 2014.

MONTEIRO, Charles. “História e Fotojornalismo: reflexões sobre o conceito e a pesquisa na área”. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 8, n. 17, p. 64–89, 2016.

MONTEIRO, Charles. ETCHEVERRY, Carolina Martins. “Fotografia e cultura visual nas ditaduras latino-americanas (1960 1980)”. *Diálogos*. v.23, n.3, 196-215. 2019.

## **A IMPRENSA PELOTENSE E A CAMPANHA ELEITORAL DO PTB PARA PREFEITO DA CIDADE (1959)**

*Isabelle Brancão Chaves<sup>28</sup>*

A eleição municipal de 1959 em Pelotas transcendeu os limites da disputa local e inscreveu-se como um episódio emblemático da polarização política que marcou o Rio Grande do Sul durante a década de 1950. Mais do que uma simples escolha administrativa, o pleito expressou uma luta mais ampla pelo controle do poder político e pela definição dos rumos do desenvolvimento econômico e social do estado. Esse período foi decisivo para a consolidação do sistema partidário brasileiro no pós-guerra, resultante da redemocratização de 1945, que encerrou a ditadura do Estado Novo e inaugurou uma nova fase de pluralismo político, com a emergência de partidos representativos de diferentes segmentos sociais e ideológicos.

No contexto nacional, a redemocratização significou a reorganização das forças políticas que haviam sido suprimidas durante o governo autoritário de Getúlio Vargas. Surgiram partidos como a União Democrática Nacional (UDN), o Partido Social Democrático (PSD) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), que passaram a dominar o cenário político brasileiro até o golpe militar de 1964. Cada um desses partidos representava projetos distintos de país: a UDN defendia um liberalismo de viés conservador, apoiado pelas elites urbanas e parte da classe média; o PSD representava as oligarquias rurais e setores vinculados à administração pública; e o PTB, criado por Vargas, se constituiu como o principal representante dos trabalhadores urbanos, defendendo políticas sociais e uma maior intervenção do Estado na economia.

No Rio Grande do Sul, essa configuração partidária assumiu contornos ainda mais complexos (Flach e Cardoso, 2007). O estado, historicamente marcado por conflitos políticos desde o século XIX – como a Revolução Farroupilha (1835-1845) e os embates entre federalistas e republicanos no final do período imperial –, carregava uma tradição de disputas intensas entre projetos políticos distintos. Noll e Trindade (2004) destacam que a polarização

---

<sup>28</sup> Mestranda e bolsista CNPq do Programa de Pós-Graduação em História na Universidade Federal de Pelotas. E-mail: isabelle.ufpel@gmail.com

*VI Seminário do GT de  
História Política*  
ANPUH-RS  
2025

dos anos 1950 não foi um fenômeno repentino, mas o prolongamento dessas divisões históricas, que moldaram identidades políticas regionais duradouras.

O PTB, fundado em 1945 sob a liderança de Getúlio Vargas, consolidou-se rapidamente como o principal partido de representação dos trabalhadores urbanos, contando com apoio expressivo dos sindicatos, das ligas operárias e de setores progressistas da classe média. Cruz (2017) enfatiza que a estrutura sindicalista do PTB e sua identificação com pautas sociais, como direitos trabalhistas, valorização do salário mínimo e políticas de bem-estar, desafiavam diretamente o poder tradicional das elites gaúchas, historicamente ligadas às grandes propriedades de terra e ao comércio exportador de charque. Essa disputa política não se limitava às urnas, mas perpassava também a imprensa, os sindicatos e a atuação de lideranças locais, que viam no trabalhismo um projeto de transformação social em oposição ao conservadorismo vigente.

A União Democrática Nacional (UDN), por sua vez, surgia como a principal força oposicionista ao trabalhismo. Pesavento (1980) ressalta que a UDN organizava-se em torno da defesa do chamado “liberalismo democrático”, buscando atrair setores médios urbanos e intelectuais que criticavam o populismo varguista e o intervencionismo estatal. Sua pauta enfatizava a moralização administrativa, a descentralização do poder e a redução da influência dos sindicatos na política, propondo um modelo mais alinhado aos interesses empresariais e às elites urbanas.

Essa polarização entre trabalhistas e conservadores refletia, portanto, disputas históricas de longa duração. Noll e Trindade (2004) apontam que a política gaúcha manteve vivas as clivagens do período imperial e da Primeira República, adaptando-as às novas condições do pós-guerra. A divisão entre progressistas e conservadores, que em diferentes momentos da história assumiu as formas de federalistas contra republicanos ou de chimangos contra maragatos, agora se expressava no confronto entre o PTB e os partidos de orientação liberal-conservadora, como PSD, UDN, PDC e PL (Flach e Cardoso, 2007).

Dentro desse quadro, a cidade de Pelotas ocupava posição estratégica. Importante centro econômico e cultural, com forte presença da elite charqueadora e um movimento sindical emergente, Pelotas era terreno fértil para o embate político-ideológico que caracterizou o Rio Grande do Sul nos anos 1950. A eleição municipal de 1959, que opôs o candidato trabalhista

*VI Seminário do GT de  
História Política*  
ANPUH-RS  
2025

João Carlos Gastal a Oscar Rheingantz, do PDC, apoiado por uma coalizão conservadora, simbolizou de forma aguda essa disputa de projetos de sociedade.

Em Pelotas, centro econômico e cultural de grande relevância para o Rio Grande do Sul, essas tensões políticas e ideológicas manifestaram-se de forma particularmente intensa. A cidade, que durante o século XIX consolidou-se como um dos maiores polos produtores de charque do país, abrigava uma elite tradicional vinculada à pecuária e ao comércio de exportação (Pesavento 1980). Essa elite, herdeira dos antigos barões do charque, mantinha grande influência sobre as estruturas políticas e econômicas locais, exercendo controle sobre os principais meios de comunicação, associações empresariais e cargos públicos (Vargas, 2016). Mesmo com a decadência gradual da indústria do charque na primeira metade do século XX, esses grupos mantiveram sua capacidade de moldar os rumos políticos da cidade, especialmente por meio de alianças com partidos conservadores e da utilização estratégica da imprensa.

Por outro lado, a urbanização crescente e o desenvolvimento de atividades comerciais e industriais em Pelotas criaram espaço para a emergência de um proletariado urbano e de uma classe trabalhadora organizada, que passou a reivindicar maior participação política. O PTB encontrou nesse cenário um terreno fértil para sua expansão, articulando um discurso de valorização do trabalhador e de políticas sociais que dialogava com as demandas de amplos setores populares. Flach e Cardoso (2007) destacam que o avanço do PTB na metade sul do estado, e particularmente em Pelotas, representava uma ameaça direta aos privilégios históricos da elite local. A reação conservadora, portanto, foi marcada não apenas por disputas eleitorais, mas por um esforço sistemático de conter o crescimento do trabalhismo, utilizando recursos econômicos, políticos e, sobretudo, simbólicos (Vargas, 2016).

A eleição municipal de 1959 sintetizou essas clivagens. De um lado, João Carlos Gastal, candidato do PTB, apresentava-se como representante das camadas populares e defensor da continuidade do projeto trabalhista iniciado com Vargas, que propunha uma maior presença do Estado na economia, expansão dos direitos sociais e promoção de políticas de bem-estar para trabalhadores e setores marginalizados. Gastal tinha forte ligação com sindicatos e lideranças comunitárias, o que lhe conferia capilaridade política e legitimidade entre os eleitores de bairros operários e periféricos.

**VI Seminário do GT de  
História Política**  
**A N P U H - R S**  
**2 0 2 5**

Do outro lado, Oscar Rheingantz, do Partido Democrata Cristão (PDC), contava com o apoio de uma ampla coalizão conservadora, formada também por PSD, UDN e PL. Essa coligação reunia a elite agrária, comerciantes, industriais e parte da classe média tradicional da cidade. O discurso dos conservadores enfatizava a necessidade de “moralizar” a administração pública, promover uma gestão “eficiente” e resgatar valores de ordem e disciplina, criticando as políticas trabalhistas como populistas e economicamente inviáveis. Essa narrativa pode conectar-se a um medo mais amplo, compartilhado pelas elites, de que o avanço do PTB significasse a perda de privilégios históricos e uma transformação profunda nas relações sociais e econômicas locais.

Nesse processo de disputa pelo poder político, a imprensa desempenhou um papel central e articulado. A relação entre mídia e política no Brasil pós-1945, como observam Barbosa (2007) e Eleutério (2011), não pode ser interpretada apenas como uma mediação neutra entre candidatos e eleitores. Os jornais funcionavam como atores políticos autônomos, capazes de selecionar, enquadrar e interpretar fatos de modo a produzir sentidos e orientar decisões eleitorais. Em Pelotas, esse fenômeno foi particularmente visível, uma vez que os dois principais periódicos – *Diário Popular* e *Opinião Pública* – pertenciam ao mesmo grupo editorial, o que possibilitou uma ação comunicacional coordenada em favor da coligação conservadora.

Apesar de possuírem perfis editoriais distintos, o *Diário Popular* com tom mais tradicional e formal, e o *Opinião Pública* mais sensacionalista e provocador, ambos convergiam no objetivo de enfraquecer a candidatura trabalhista. Essa convergência demonstra, como argumenta Alsina (1989), que os meios de comunicação não apenas reportam eventos, mas constroem a notícia e participam diretamente da luta simbólica dentro do campo político. Em 1959, a imprensa pelotense não se limitou a informar sobre a campanha: atuou como instrumento ideológico das elites locais, amplificando discursos conservadores, deslegitimando candidatos trabalhistas e buscando mobilizar eleitores em torno de um projeto liberal-conservador que defendia a manutenção da ordem social estabelecida.

O *Diário Popular*, fundado em 1890, era um dos jornais mais tradicionais de Pelotas e, historicamente, alinhado aos interesses das elites locais. Como aponta Bandeira (2018), o periódico atuava não apenas como observador dos fatos, mas como protagonista na definição dos rumos políticos da cidade, utilizando editoriais incisivos para moldar percepções públicas.

**VI Seminário do GT de  
História Política**  
**A N P U H - R S**  
**2 0 2 5**

Durante a campanha de 1959, o *Diário Popular* assumiu postura amplamente favorável ao candidato conservador Oscar Rheingantz, mobilizando argumentos que associavam o PTB a um passado de ineficiência administrativa e mau uso dos recursos públicos. Em uma das edições, de 31 de outubro, afirmava-se que “foi o governo do PTB que deixou o município com déficit escolar e fechando escolas. Onde o PTB mais se notabilizou foi na venda, nas doações e no agravante do patrimônio do município” (*Diário Popular*, 31/10/1959, p. 1).

Além de atacar diretamente a gestão trabalhista anterior, o jornal investiu em desqualificar o eleitorado petebista. Em 6 de novembro, publicou um artigo chamando de “imbécis” os eleitores do PTB (*Diário Popular*, 6/11/1959, p. 3), sugerindo que a escolha popular por candidatos trabalhistas era resultado de alienação e irresponsabilidade política. Essas estratégias discursivas ilustram o que Alsina (1989) denomina “construção da notícia”, na qual os veículos de comunicação não se limitam a relatar acontecimentos, mas selecionam e hierarquizam informações de modo a servir a determinados interesses políticos.

Outro instrumento utilizado foi a propaganda visual. Ao longo de toda a campanha, o jornal publicou santinhos eleitorais (pequenos anúncios com slogans e imagens dos candidatos). Embora o PTB tenha veiculado maior número de santinhos (10 grandes, 34 médios e 4 pequenos), o PDC concentrou seus materiais (5 grandes, 24 médios e 14 pequenos) nas edições finais, reforçando a visibilidade da candidatura de Rheingantz nos momentos decisivos. Essa estratégia, analisada por Barbosa (2007), revela como a mídia atua como produtora de significados e não apenas como transmissora de mensagens, influenciando o eleitorado ao associar visualmente conservadorismo a estabilidade e progresso, enquanto reforçava a imagem do PTB como sinônimo de desordem e fracasso administrativo.

O *Opinião Pública*, fundado em 1896, adotou linha editorial ainda mais agressiva. Embora tradicionalmente tivesse perfil sensacionalista, durante as eleições de 1959 alinhou-se plenamente ao discurso do *Diário Popular*. Em 6 de novembro, publicou na primeira página a manchete “É imbecil o eleitor do PTB” (*Opinião Pública*, 6/11/1959, p. 1), reproduzindo o mesmo tom de desqualificação da base popular trabalhista. Na distribuição de santinhos, repetiu-se a estratégia do jornal-irmão: maior presença da coligação conservadora nos dias finais da campanha, com 5 santinhos grandes, 24 médios e 14 pequenos, contra apenas 9, 4 e 1 do PTB, respectivamente. A ação coordenada entre os dois periódicos evidencia o que Eleutério

**VI Seminário do GT de  
História Política**  
**A N P U H - R S**  
**2 0 2 5**

(2011) denomina imprensa “a serviço do progresso”, ou seja, comprometida com um projeto de manutenção da ordem social e de contenção de avanços populares.

Essa convergência editorial pode ser compreendida à luz da teoria do campo político de Pierre Bourdieu. Para o autor, a política se organiza em campos relativamente autônomos, onde agentes disputam posições e capitais específicos (Bourdieu, 2011). A imprensa, ao participar dessa disputa, ocupa lugar estratégico na produção de legitimidades e deslegitimizações. Em Pelotas, o *Diário Popular* e o *Opinião Pública* atuaram como agentes inseridos no campo político, utilizando seu capital simbólico para reforçar narrativas conservadoras e enfraquecer o capital político do PTB. No entanto, como observa Bourdieu, a eficácia simbólica depende da ressonância com as experiências sociais dos eleitores, e foi justamente nesse ponto que a estratégia midiática encontrou seus limites.

Apesar da ofensiva coordenada, o PTB venceu as eleições de 1959 com João Carlos Gastal e Joel Monteiro<sup>29</sup>. Essa vitória surpreendeu setores conservadores e demonstrou a força da mobilização popular trabalhista. Lemos (2020) destaca que o partido conseguiu se conectar com demandas sociais concretas, apresentando-se como alternativa legítima às elites tradicionais. A base sindical, a atuação comunitária e a identificação histórica do PTB com o legado varguista foram elementos decisivos para que a população resistisse à campanha negativa dos jornais.

Esse resultado confirma que, embora a imprensa possua capacidade de influenciar a formação da opinião pública, ela não é capaz de determinar isoladamente o comportamento eleitoral. Como afirma Eleutério (2011), a mídia interage com outras formas de construção de sentido político, e sua eficácia está condicionada à relação entre discurso jornalístico e experiências sociais dos indivíduos. Em Pelotas, a legitimidade política do PTB – construída a partir de vínculos reais com trabalhadores urbanos e camadas populares – se sobrepôs à narrativa conservadora disseminada pelos jornais locais.

A análise da eleição de 1959, portanto, revela que a imprensa pelotense atuou como parte integrante do campo político, disputando legitimidades e buscando moldar percepções

---

<sup>29</sup> O resultado das eleições podem ser acessados no site do Tribunal Regional Eleitoral-RS. Disponível em: [https://www.justicaeleitoral.jus.br/++theme++justica\\_eleitoral/pdfjs/web/viewer.html?file=https://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-rs-municipais1959-pelotas/@@download/file/TRE-RS%20Municipais1959%20Pelotas.PDF](https://www.justicaeleitoral.jus.br/++theme++justica_eleitoral/pdfjs/web/viewer.html?file=https://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-rs-municipais1959-pelotas/@@download/file/TRE-RS%20Municipais1959%20Pelotas.PDF) Acesso em: 05 de agosto de 2025.

*VI Seminário do GT de  
História Política*  
ANPUH-RS  
2025

eleitorais em favor dos conservadores. Contudo, a vitória do PTB evidenciou os limites dessa ação midiática, mostrando que, mesmo em contextos de polarização intensa e forte pressão simbólica, projetos políticos enraizados na experiência cotidiana da população podem desafiar e superar o discurso dominante dos meios de comunicação.

### **Fontes**

**DIÁRIO POPULAR** (Pelotas, RS). Edições de setembro a novembro de 1959. Pelotas: Acervo da Biblioteca Pública Pelotense.

**OPINIÃO PÚBLICA** (Pelotas, RS). Edições de setembro a novembro de 1959. Pelotas: Acervo da Biblioteca Pública Pelotense.

### **Referências:**

ALSINA, Miquel Rodrigo. El Acontecimiento. In.: RODRIGO ALSINA, Miquel. **La construcción de la noticia**. Barcelona: Paidós, 1989

BANDEIRA, Ana da Rosa. **Diário Popular de Pelotas, RS: a forma gráfica de um projeto editorial (1890-2016)**. 2018. 269 f. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação) - Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2018.

BARBOSA, Marialva. “Cinquenta anos em cinco”: Consolidando o mito da modernização (1950 – 1960). In.: BARBOSA, Marialva. **História Cultural da Imprensa: Brasil, 1900 – 2000**. Rio de Janeiro: Maud X, 2007.

CRUZ, J. B. C. da. Aos trabalhadores do Brasil, um novo partido: a formação do PTB no Rio Grande do Sul. In.: BRANDALISE, Carla; HARRIS, Marliza Marques (Org.). **O PTB do Rio Grande do Sul e a experiência democrática (1945-1964)**. São Leopoldo: Editora Oikos, 2017.

ELEUTÉRIO, Maria de Lurdes. Imprensa a serviço do progresso. In.: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania de. **História da imprensa no Brasil**. 2. Ed. São Paulo: Contexto, 2011.

FLACH, Ângela; CARDOSO, Cláudia do S. C. O Sistema partidário: a redemocratização (1945-64). In: GOLIN, Tau, BOEIRA (Dir.). **Coleção História Geral do Rio Grande do Sul: da Revolução de 1930 à Ditadura Militar 1930-1985**. Passo Fundo: Méritos, V. 4, 2007, pg 59-82

LEMOS, Daniel. O deputado João Carlos Gastal e a questão da democracia no Brasil. In.: ANGELI, Douglas Souza; VARGAS, Jonas Moreira (Orgs.) **Contribuições recentes sobre História e Política: uma coletânea dos trabalhos apresentados no III Seminário do GT História Política**, Anpuh-RS [recurso eletrônico], Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2020.

VI Seminário do GT de  
História Política  
ANPUH-RS  
2025

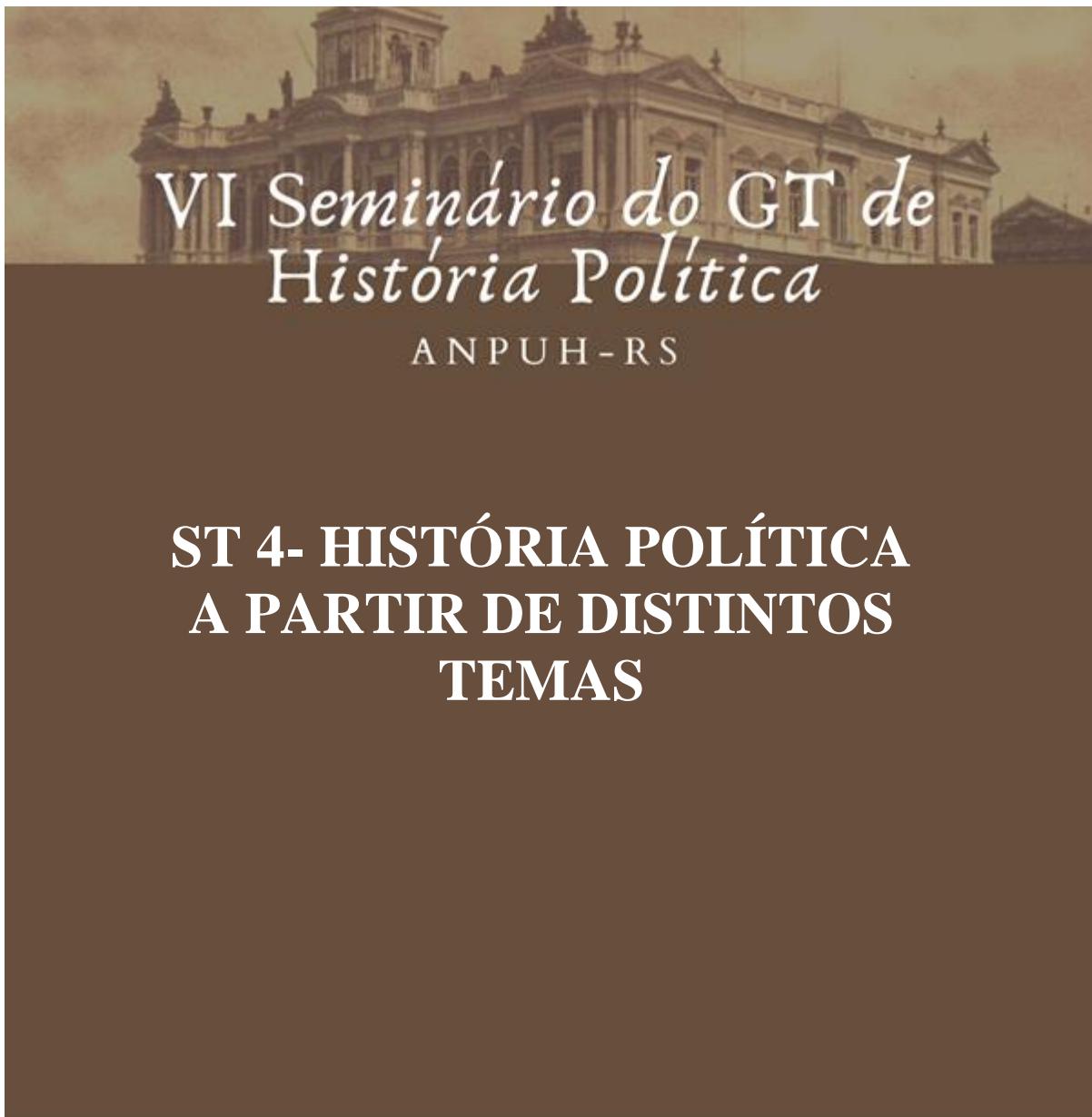
NOLL, Maria Izabel; TRINDADE, Hélgio (coord.). **Estatísticas eleitorais do Rio Grande da América do Sul: 1823/2002.** Porto Alegre: Ed. da Universidade / UFRGS, 2004.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

STAM, Robert. Bakhtin e a crítica midiática. In.: RIBEIRO, Ana Paula Goulart e SACRAMENTO, Igor (org.). **Mikhail Bakhtin: linguagem, cultura e mídia.** São Carlos: Pedro & João, 2010.

VARGAS, Jonas M. **Os Barões do charque e suas fortunas: um estudo sobre as elites regionais brasileiras a partir de uma análise dos charqueadores de Pelotas (RS, século XIX).** São Leopoldo: Editora Oikos, 2016.

VI Seminário do GT de  
História Política  
ANPUH-RS  
2025



## **POR UMA BIOGRAFIA POLÍTICA DE DARCY DA ROSA: TRAJETÓRIA TRABALHISTA NO SUL DO RIO GRANDE DO SUL (1955 1964)**

*Patrícia Schneid Altenburg<sup>30</sup>*

Às vésperas do fim do regime do Estado Novo, o governo varguista, buscando aprofundar sua base de apoio junto aos trabalhadores, elaborou um

Sofisticado, complexo e eficiente projeto político, cuja entrada de Alexandre Marcondes Filho, em janeiro de 1942 no Ministério do Trabalho e a contribuição de intelectuais orgânicos estado novistas foram fundamentais para a legitimação do Estado e de Getúlio Vargas como protetores dos trabalhadores (Batistella 2013 p 117).

A criação do Partido Trabalhista Brasileiro, em 1945, vem nesse sentido, com o propósito de torná-lo a melhor opção partidária para o trabalhador brasileiro, tendo os sindicatos como principal campo de atuação. Todavia, para Ângela de Castro Gomes (2005), o sucesso do projeto político estatal — que ela denomina "a invenção do trabalhismo" — precede, e muito, a criação do PTB e deve-se ao discurso articulado pelos líderes da classe trabalhadora ainda durante a Primeira República. Conforme a autora, a invenção do trabalhismo, a formação do sindicalismo corporativista e a criação do PTB permitiram a emergência política da classe trabalhadora no Brasil, e não sua mera submissão ou manipulação.

Contudo, é necessário recordar que o PTB e o sindicalismo no Brasil nasceram sob a chancela de um Estado autoritário, passando a atuar em um contexto que, embora não fosse mais autoritário, ainda era conservador. Por isso, projetos políticos de mobilização e representação autônoma não encontravam espaço no modelo de pluralismo limitado imposto no pós-1945. Ainda assim, o movimento sindical conquistou um espaço significativo na política nacional até 1964, influenciando o sistema de tomada de decisões no país (Gomes, 2005).

Logo, a virada da década de 1950 para 1960, embora sem Vargas, trouxe ao PTB um significativo crescimento eleitoral e a ascensão de novas lideranças, com destaque para João

---

<sup>30</sup> Licenciada e mestre em História pela Universidade Federal de Pelotas, Pelotas-RS, Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas, Pelotas-RS. Bolsista Capes.

*VI Seminário do GT de  
História Política*  
ANPUH-RS  
2025

Goulart e Leonel Brizola (Batistella, 2013). É também nesse ambiente que emerge Darcy da Rosa — trajetória com a qual esta pesquisadora teve contato ainda durante o mestrado, ao estudar o sindicalismo de trabalhadores rurais em São Lourenço do Sul, com foco na organização, legitimação e manutenção do Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR) em plena Ditadura Civil-Militar (1966-1985). Constatou-se, então, um mistério sobre a origem da carta sindical do STR. Descobriu-se, por meio de entrevistas, que um grupo anterior a 1964 havia solicitado a oficialização do sindicato junto ao Ministério do Trabalho. Contudo, com o golpe, esse grupo, de perfil mais alinhado à esquerda, foi desmobilizado. Um novo grupo, então, formado majoritariamente por descendentes de imigrantes germânicos que se identificavam como colonos, fundou um sindicato em 1967, aproveitando a carta sindical já disponível, mas sem reconhecer ou mencionar os membros da organização anterior. Durante a escrita da dissertação, encontrou-se um documentário sobre a repressão em São Lourenço do Sul no período ditatorial. Nele, Clara da Rosa, filha de Darcy, relatava a trajetória política do pai e as ações de repressão que ele sofreu. Embora as entrevistas e os documentos indicados por Clara não confirmassem a participação de Darcy no movimento que originou a carta sindical, as evidências de sua luta pelos trabalhadores rurais reforçam a hipótese de que sua atuação tenha sido deliberadamente apagada da memória oficial do sindicato.

Diante do exposto, a presente comunicação, parte integrante do projeto de doutorado desenvolvido junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas, detém-se em analisar a trajetória de vida de Darcy da Rosa, com ênfase em sua atuação enquanto liderança política trabalhista, buscando identificar de que forma suas redes de relações e ações contribuíram para sua militância em defesa da classe trabalhadora rural, no período de 1955 a 1964, na cidade de São Lourenço do Sul e arredores, no sul do Rio Grande do Sul.

No que se refere ao método de análise das fontes, faz-se um aprofundamento qualitativo, utilizando, como prisma analítico, as perspectivas da História Oral (Thomson, 2000; David, 2013) e da Biografia (Levi, 1998; Schmith, 2003), dando prioridade à entrevista inicial realizada com Clara da Rosa, filha de Darcy da Rosa, que acompanhou de maneira próxima toda a trajetória de atuação política e sindical do pai, cujos trechos do relato são apresentados a seguir.

*VI Seminário do GT de  
História Política*  
ANPUH-RS  
2025

Darcy da Rosa nasceu em 1908, na Fazenda do Cordeiro, atual município de Cristal/RS. Embora fosse filho de um grande arrozeiro local, desde cedo parece ter questionado as mazelas da sociedade, posicionando-se ao lado da classe trabalhadora, especialmente a do campo.

Admirador e entusiasta, desde a juventude, dos ideais varguistas, foi durante a presidência de Getúlio Vargas que ele se filiou ao Partido Trabalhista Brasileiro, tornando-se posteriormente funcionário do Ministério do Trabalho e sendo eleito vereador do município de São Lourenço do Sul. Segundo Clara da Rosa (2024), Getúlio Vargas era considerado pelo pai um conciliador, por ter sido capaz de apaziguar o Brasil e saber “desestimular os inimigos dando um chá de banco”.

Como funcionário público e vereador por mais de dez anos consecutivos, Darcy da Rosa estreitou laços com a classe trabalhadora rural da região Sul do Rio Grande do Sul, especialmente nos municípios de São Lourenço do Sul, Canguçu e Camaquã. Nesse período, aproximou-se de importantes lideranças trabalhistas nacionais, como Leonel Brizola e João Goulart. Paralelamente, manteve a tradição familiar como arrozeiro, administrando as propriedades herdadas da família, e ajudou a fundar, em 1936, a Associação Rural de São Lourenço do Sul.

Os antigos colonos aqui de São Lourenço, todo mundo adorava ele, porque na época em que o Brizola era governador, ele mandava sementes para os colonos, mandava material agrícola, porque queria que se desenvolvesse, porque o Rio Grande do Sul era o celeiro do Brasil e São Lourenço do Sul a terra da batata (Rosa, 2024).

Como integrante do Instituto Gaúcho de Reforma Agrária (IGRA) e representante da Superintendência Regional de Política Agrária (SUPRA) em São Lourenço do Sul, Rosa tornou-se o principal representante político de Brizola no município e arredores, atuando como porta-voz e mediador das ações do governador.

Participou ainda da constituição do Assentamento Banhado do Colégio, em Camaquã, e desempenhou papel relevante durante a Campanha da Legalidade, em 1961. Na ocasião, comandou a ocupação da Rádio São Lourenço, garantindo que esta transmitisse a Rede da Legalidade idealizada por Brizola.

Em 1961 eles conseguiram, foi um levante aqui do Rio Grande do Sul, o pai fechou a Rádio São Lourenço, porque não queria botar a rádio da legalidade para resistir, aí o pessoal começou a ir, o Brizola botava ônibus, enchia os ônibus na colônia e levava o pessoal para Porto Alegre Tenho foto do pai na

*VI Seminário do GT de  
História Política*  
ANPUH-RS  
2025

escadaria do Piratini junto com todos os comandantes e ele do lado do Brizola (Rosa, 2024).

**Darcy da Rosa ao lado de Leonel Brizola durante a Campanha da Legalidade, 1961.**



Fonte: Acervo particular de Clara da Rosa.

A foto à qual se refere Clara da Rosa foi, para esta pesquisa, um dos primeiros indícios do significativo papel desempenhado por Darcy da Rosa enquanto liderança petebista que, junto a Brizola, compartilhava uma série de valores importantes para o período, concordando com suas ações que trouxeram avanços na trajetória da classe trabalhadora do campo — em especial no que diz respeito às demandas relacionadas à terra — e ainda liderando o movimento de grande apelo democrático que foi, na época, a Campanha da Legalidade.

Sobre a Campanha da Legalidade, Renato de Oliveira Sagrera (2013), que, com o intuito de realizar uma reconstrução histórica das práticas radiofônicas da Cadeia da Legalidade e da mobilização social dela decorrente, pontua em sua dissertação de mestrado o mérito de Leonel Brizola em utilizar a ferramenta do rádio para impedir que o golpe contra João Goulart se concretizasse. Prova disso foi o engajamento de 104 emissoras na transmissão da campanha, o que consolidou a radiodifusão gaúcha como um instrumento vital para a democracia naquele momento.

Todavia, a partir de março de 1964, Darcy da Rosa viu sua vida mudar drasticamente com o Golpe Civil-Militar, responsável por instaurar uma ditadura no país. Teve seu mandato cassado com a extinção do PTB, foi demitido do Ministério do Trabalho e expulso da

*VI Seminário do GT de  
História Política*  
ANPUH-RS  
2025

Associação Rural, além de ser delatado por figuras políticas locais. Foi também preso na cidade de Pelotas por 45 dias, acusado de subverter a ordem em São Lourenço do Sul, causar agitação, instigar trabalhadores rurais a se revoltarem contra seus patrões e integrar o Grupo dos Onze.

Sobre a formação dos Grupos dos Onze pelo Brasil, Tânia dos Santos Tavares (2013), que, com o objetivo de explicar o papel desempenhado, as propostas e as perspectivas políticas dos integrantes dos Grupos dos Onze Companheiros entre 1963 e 1964 em sua dissertação de mestrado, ressalta que, enquanto o imaginário produzido na época pela sociedade conservadora e propagado pela imprensa comparava os Grupos dos Onze a células comunistas, o objetivo de seus integrantes era implantar no país uma política mais justa, que priorizasse os direitos dos trabalhadores e as reformas de base. Conforme a autora, contrariando os relatórios da Comissão de Investigação da Polícia Política, esses sujeitos não possuíam nenhum preparo, tendo o movimento “suas características revolucionárias supervalorizadas” (2013, p. 122). Porém, para a direita golpista, bastavam as representações a ele associadas para intensificar sua campanha contra Jango e convencer alguns setores sociais de que, no Brasil, havia uma guerra revolucionária em curso.

Mesmo após ser libertado, Darcy não conseguiu retomar suas atividades como antes. Sob forte repressão do regime, afastou-se da política e optou por não se filiar ao Movimento Democrático Brasileiro (único partido de oposição permitido na época). Na agricultura, enfrentou boicotes de compradores por suas convicções políticas. Em 1973, foi inocentado pelo Supremo Tribunal Federal das acusações que sofreu. Em 1979, foi reintegrado ao Ministério do Trabalho e aposentado no mesmo ato, mas não recebeu qualquer reparação pelos prejuízos sofridos, nem retornou à vida política.

Apesar desta pesquisa ainda se encontrar em fase inicial, foi possível perceber até aqui que a trajetória de Darcy da Rosa é marcada por um paradoxo instigante. Reconhecido como um grande produtor rural, ele também construiu uma trajetória política voltada à defesa das causas dos trabalhadores do campo, posicionando-se como um líder trabalhista em uma sociedade onde essas duas classes — produtores e trabalhadores rurais — tradicionalmente se opõem.

Essa dualidade reflete não apenas sua capacidade de transitar entre mundos distintos, mas também o contexto histórico e social do município de São Lourenço do Sul, onde atuou. A região, com sua população majoritariamente composta por descendentes de teuto-brasileiros,

*VI Seminário do GT de  
História Política*  
ANPUH-RS  
2025

apresenta uma cultura ainda conservadora no âmbito da conservação dos costumes e das tradições. Os trabalhadores do campo, identificados como colonos, frequentemente se orgulham de sua organização e disciplina, contrastando com os camponeses, que geralmente se envolvem em lutas mais intensas e combativas. Nesse contexto, Darcy da Rosa tornou-se uma figura central e, ao mesmo tempo, controversa. Sua defesa dos trabalhadores do campo e sua filiação à causa trabalhista desafiaram a narrativa dominante da região, gerando embates de memória. Para muitos, sua atuação e a de outros líderes trabalhistas são temas que se busca apagar ou minimizar na história do município, evidenciando as tensões entre progresso social e tradição conservadora.

### **Fonte**

Entrevista concedida por Clara da Rosa para Patrícia Schneid Altenburg, na residência da mesma, em São Lourenço do Sul/RS, em 4 de maio de 2024.

### **Referências Bibliográficas**

- DAVID, Priscila. **História Oral: metodologia do diálogo.** IN: Patrimônio e Memória. São Paulo, Unesp, v. 9, n. 1, p. 157-170, janeiro-junho, 2013.
- GOMES, Ângela de Castro. **A invenção do trabalhismo.** 3<sup>a</sup>. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2005. 320 p.
- HALBWACHS, M. **A Memória coletiva.** Trad. de Laurent Léon Schaffter. São Paulo, Vértice/Revista dos Tribunais, 1990. Tradução de: La mémoire collective.
- LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (org.). **Usos e abusos da História Oral.** 2<sup>a</sup>. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998. cap. 12, p. 167-182.
- MOTTA, Márcia Maria Menedes. História, memória e tempo presente. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). **Novos Domínios da História.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. cap. 1, p. 21-36. POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, p. 3-15, 1989.
- SAGRERA, Renato de Oliveira. **Práticas radiofônicas nos bastidores da legalidade:** a mobilização liderada pelo microfone. 2013. Dissertação de Mestrado (Ciências da Comunicação) -Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2013.

*VI Seminário do GT de  
História Política*  
ANPUH-RS  
2025

SCHMIDT, Benito Bisso. **Biografia e História: diálogos e perspectivas.** In: MOURA, Denise Aparecida Soares de; NUNES, Flávio Gikovate (orgs.). **História e Biografia: encontros e desencontros.** São Paulo: Letra e Voz, 2010, p. 25.

SCHMIDT, Benito Bisso. **Biografia e regimes de historicidade.** IN: Métis: História & Cultura. v. 2, n. 3, 2003, p.57-72. Disponível em <<http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/metis/article/view/1041>> Acessado em 26/07/2020

SCHMIDT, Benito Bisso. **O gênero biográfico no campo do conhecimento histórico: trajetória, tendências e impasses atuais e uma proposta de investigação.** IN: Anos 90, Porto Alegre, n. 6, dezembro 1996, p. 165-192

TAVARES, Tânia dos Santos. **Grupos dos Onze:** a esquerda brizolista (1963 1964). 2013. Dissertação de Mestrado (Mestre em História Social) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

THOMPSON, Edward Palmer. **A Formação da Classe Operária Inglesa I:** a árvore da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THOMSON, Alistair. Aos cinquenta anos uma perspectiva internacional da história oral. IN: **História oral desafios para o século XXI.** Org. FERREIRA, Marieta; FERNANDES, Tania; ALBERTI, Verena. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/Casa de Oswaldo Cruz CPDOC - Fundação Getulio Vargas, 2000.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade:** fundamentos da sociologia compreensiva. São Paulo: UNB, 1999.

VI Seminário do GT de  
História Política  
ANPUH-RS  
2025

VI Seminário do GT de  
História Política

ANPUH-RS

ST 5- REGIMES DITATORIAIS  
EM SUAS MULTIPLAS  
ARTICULAÇÕES



## **QUANDO O ESTADO APITOOU: DECRETO-LEI N° 3.199/1941 E A INTERDIÇÃO DO FUTEBOL FEMININO NO BRASIL**

*Marília Guaragni de Almeida<sup>31</sup>*

O Estado Novo (1937-1945), por meio da figura conhecida de Getúlio Vargas, durante seus anos de governo apresentou uma relação perene entre Estado, esporte e gênero no Brasil, tornando-se na contemporaneidade como um campo fértil para compreender as dinâmicas de poder que permeiam a construção social dos corpos e identidades. Por meio do futebol, esporte de maior popularidade nacional, também foi um espaço onde se travaram disputas acerca dos papéis de gênero, por meio do governo de Getúlio Vargas, que instituiu uma política autoritária e nacionalista, se constatou fortes impactos nas manifestações culturais e sociais, incluindo as práticas esportivas femininas (Knijnik, 2006).

Através do Decreto-Lei nº 3.199, de 1941, que proibiu oficialmente o futebol feminino, apresentou-se um meio emergente e em forma de dispositivo legal um meio, indireto, de controle estatal. O presente trabalho busca analisar os pressupostos políticos e ideológicos que respaldaram o Decreto-Lei nº 3.199/1941, que proibia a prática do futebol por mulheres durante o Estado Novo, sob comando do Presidente Getúlio (Goellner, 2005). O mesmo se utilizou da legislação esportiva para intervir nos corpos femininos e reafirmar padrões sociais tradicionais. Para isso, está compreensão atentou-se a analisar o papel da imprensa da época com a legitimação e propagação dessas normas, tendo como foco os jornais *O Globo* (RJ), *Correio da Manhã* (RJ), *Folha da Manhã* (SP) e *Última Hora* (RJ). Com ênfase em momentos que antecederam as medidas, como o posterior e suas consequências (MELO, 2004).

A metodologia adotada visa compacta o Decreto-Lei nº 3.199, discursos oficiais, análise de conteúdo, através da imprensa e revisão bibliográfica sobre futebol feminino, estudos de gênero e história política brasileira. Ao mesclar os assuntos, busca-se revelar as interseções entre esporte, política e construção de gênero no Brasil, por meio de políticas de controle social no qual proibiram a prática do futebol de mulheres por 41 anos (Bardin, 2011).

A história apresenta o Estado Novo sendo instaurado em 1937 com as marcas na centralização do poder em um projeto nacionalista e autoritário, com a intenção da construção

---

<sup>31</sup> Doutoranda em História pela Universidade de Passo Fundo- UPF, bolsista CAPES II.

*VI Seminário do GT de  
História Política*  
ANPUH-RS  
2025

e valorização da identidade brasileira, com base no conservadorismo e patriarcalismo. Com ações que regulamentavam práticas culturais, econômicas e sociais, o cenário do esporte passou a ser uma ferramenta para este meio, sendo este um símbolo da brasiliade e da força masculina. Todavia, esta representação era seletiva, ao homem o estímulo, as mulheres à exclusão, pois, as práticas passaram a ser consideradas incompatíveis com a natureza feminina e os papéis sociais designados a elas (Toledo, 2002).

Pressuposto, pois, em alguns momentos, o futebol feminino era algo que chamava a atenção de forma positiva, gerando engajamento de jornais e revistas, como algo a ser acompanhando tal como o futebol masculino. Todavia, em data de 27 de abril de 1940 aconteceu a inauguração do Estádio Paulo Machado de Carvalho, ou Pacaembu com jogos futebolísticos, o jogo principal consistia entre as equipes de São Paulo contra Flamengo e a novidade se dava para uma partida feminina entre Realengo e S.C. Brasileiro, times do subúrbio paulistano, para a inauguração da iluminação do estádio. Chamado na imprensa de “football feminino” à época ou “football de moças” (Goellner, 2005).

A sequência dos atos relacionados ao futebol feminino que não foram positivas às mulheres, nos jornais da época — O Globo, Correio da Manhã, Folha da Manhã e Última Hora — identificou-se que a imprensa foi coadjuvante na legitimação da interdição do futebol feminino. Em um primeiro momento, mostrou-se favorável, mas com o aumento das críticas e apelos a discursos que reforçavam estereótipos de gênero, apresentando a prática esportiva feminina como inadequada, teve-se adesão a moda de um esporte inapropriado ao gênero feminino (Goellner, 2005).

Reforçado por uma carta enviada ao Presidente Getúlio Vargas, pelo estudioso da época e autor de livros sobre normas de conduta social, José Fuzeira, no dia 7 de maio de 1940, dez dias antes do jogo no Pacaembu, escreveu “Um disparate sportivo que não deve prosseguir”:

*VI Seminário do GT de  
História Política*

ANPUH-RS  
2025

*Figura 1 - Carta divulgada nos jornais*



*Fonte: Jornal Última Hora (1941)*

Os veículos de imprensa, com as diretrizes que o Estado Novo contribuiu para percepção social negativa do futebol feminino, pois acabou por influenciar a opinião pública de modo a consolidar a proibição como uma medida necessária para a manutenção da ordem social. Fazendo com que a imprensa, funcione-se como agente propagador dos valores conservadores e nacionalistas do regime, utilizando a legislação esportiva como referência para justificar o controle dos corpos femininos (Goellner, 2005).

O Estado Novo, juntamente com os ideais conservadores e a divulgação das matérias em jornais, foram meios de influenciar a cultura e os hábitos, regulando não apenas o que as pessoas poderiam fazer, mas como deveriam ser enquanto sujeitos sociais (Melo, 2004). Com a vinculação da carta, aliado a demais informações o Presidente Getúlio Vargas aplicou a proibição do futebol feminino no Brasil:

*Figura 2 - Materia vinculada aos jornais da época sobre a proibição pelo Estado para o futebol feminino*



*Fonte: Jornal Folha da Manhã (1941)*

*VI Seminário do GT de  
História Política*  
ANPUH-RS  
2025

A análise do Decreto-Lei nº 3.199 apresenta uma função normativa, a de vedar expressamente a prática do futebol por mulheres em todo o território nacional. Mesmo sem uma justificativa expressava, ou algo fundamentado em estudos, por meio dos jornais analisados, as diferentes matérias propagadas nos anos subsequentes, tem-se a percepção de um contexto político e social que interferia diretamente nas concepções conservadoras sobre o corpo feminino (Scott, 1999).

Apresentando a sociedade ações políticas que apregoavam um discurso oficial de uma ideologia desenvolvida e executada pelo Estado Novo, na qual o papel da mulher era atrelado à maternidade, ao cuidado e à moral familiar, funções que seriam ameaçadas pela prática do futebol. Assim, o decreto servia como instrumento para preservar a ordem social e a natureza feminina impedindo que o esporte feminino desafiasse as normas vigentes. Elementos que o governo varguista vinha desenvolvendo dentro da história política do país (Hooks, 2018).

*Figura 3 - Matéria divulgada justificando a proibição do futebol feminino*



*Fonte: Jornal Correio da Manhã (1941)*

Por meio desta interferência do Estado para com a aplicação do futebol de mulheres na sociedade brasileira, diferentes sanções aconteceram. Um esporte que estava para se desenvolver, juntamente com o futebol masculino, caiu na obscuridade e clandestinidade, com sanções punitivas de prisão. A partir da análise do decreto, dos discursos oficiais e da imprensa, percebe-se um projeto autoritário de normatização dos papéis sociais, marcado pela exclusão feminina de espaços públicos considerados masculinos (Butler, 2003).

A exclusão legal e simbólica do futebol feminino teve efeitos duradouros, influenciando a percepção social sobre a participação das mulheres no esporte, e criando barreiras que ainda

*VI Seminário do GT de  
História Política*  
ANPUH-RS  
2025

hoje são objeto de debates e resistências. O decreto de 1941 representa, assim, um marco histórico da intervenção estatal na construção das identidades de gênero no Brasil, revelando como o esporte pode ser um campo de disputa política e cultural (Hooks, 2018).

Concluiu-se que o Decreto-Lei nº 3.199/1941 foi um instrumento do Estado Novo para controle social e político, especialmente no que tange às práticas esportivas femininas. Pois a execução da proibição do futebol feminino não foi um ato isolado, mas parte de um projeto autoritário de normatização dos corpos e papéis sociais no Brasil e que refletia o ideal nacionalista da época, reforçando valores patriarcais e restringindo a participação das mulheres em determinados espaços sociais (Toledo, 2002).

A imprensa da época teve papel importante para a legitimação e reprodução do discurso oficial, consolidando a exclusão feminina do futebol como norma social. A interdição ocasionada pelo decreto exemplificou que o esporte foi usado para disciplinar corpos e reafirmar hierarquias de gênero durante o Estado Novo. De modo que se pode perceber que existiram diferentes exclusões das relações entre gênero, por intermédio da política, como forma de afetar a cultura no Brasil (Goellner, 2005).

Por meio da análise histórica, se tem a contribuição para refletir sobre as persistências de desigualdades e os desafios atuais enfrentados pelo futebol feminino no país. A articulação entre Estado, mídia e sociedade reforçou a hegemonia de uma masculinidade normativa e limitou a participação feminina no futebol, um legado que reverbera até os dias atuais (BLOCH, 2001). Assim, o decreto se torna um aparato legal para a execução simbólica e material das mulheres nas práticas esportivas, ainda, a interdição do sexo feminino ao esporte exemplifica como a construção de normas sociais passou diretamente pelo Estado, denotando o caráter político que o esporte tem na história do Brasil contemporâneo (Cellard, 2008).

**Referências:**

- BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70, 2011.
- BLOCH, Marc. Apologia da história, ou o ofício do historiador. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean et al. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 295-316.

*VI Seminário do GT de  
História Política*  
ANPUH-RS  
2025

GOELLNER, Silvana Vilodre. Mulheres e futebol no Brasil: entre sombras e visibilidades. Chapecó: Argos, 2005.

HOOKS, Bell. O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras. Trad. Ana Luíza Libânio. São Paulo: Rosa dos Tempos, 2018.

KNIJNIK, Jorge. Mulheres em campo: a construção do futebol feminino no Brasil e na Austrália. In: GOELLNER, Silvana Vilodre (Org.). Olhares de torcedoras: gênero, mídia e práticas esportivas. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2006. p. 103-118.

MELO, Victor Andrade de. O Estado Novo e os esportes: entre o controle e a promoção. Revista História & Perspectivas, n. 29, 2004.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação e Realidade, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 5-22, jul./dez. 1990.

TOLEDO, Luiz Henrique de. O esporte na história: ensaios. Campinas: Autores Associados, 2002.

## MARINA MALLEUVE BOTTINO: UMA JOVEM DO SEU TEMPO.

*Elianne César O'Farrill<sup>32</sup>*

A década de 1950 do século passado foi testemunha da efervescência revolucionária desencadeada em Santiago de Cuba contra o regime imposto por Fulgêncio Batista em 10 de março de 1952. Na luta pelo retorno à linha constitucional do país, as mulheres desempenharam um papel de destaque. De diferentes posições, imprimiram sua marca à causa, razão pela qual, ao abordar essa fase, não se pode deixar de mencionar as mulheres que arriscaram suas vidas pela liberdade de Cuba. Algumas mais conhecidas que outras, o certo é que ainda existem muitas sobre as quais pouco se escreveu, como é o caso da santiaguera Marina Malleuve Bottino.

Marina nasceu em 25 de janeiro de 1941 nesta cidade, no popular bairro de El Tivolí, de onde, como ela mesma afirma, fez a maior parte da guerra. Filha de Armín Ignacio Malleuve Dutocq e Lucía Idelisa Bottino Bernard, sendo a segunda descendente do casal.

O golpe de estado de 10 de março que colocou Fulgêncio Batista e Zaldívar no poder encontrou total rejeição na juventude santiaguera. Por isso, ao tomar conhecimento da notícia, se reuniram espontaneamente no Parque Céspedes, como um sinal de desacordo com o ocorrido na capital do país e dispostos a pegar em armas, se fosse necessário. Marina esteve entre os participantes do ato de repúdio. Essa data marcou profundamente sua vida, pensamento e ação, e, a partir desse momento, ficou completamente ligada à luta, da qual não se separou mais (Chang, 20 de dezembro de 2020).

Sua primeira trincheira de combate foi a luta estudantil, que ela considera a mais importante. Não é casual que tenha feito parte de duas das escolas mais ativas e consequentes: a Escola de Comércio e o Instituto de Segunda Enseñanza. Isso teve um grande impacto em sua projeção revolucionária e em uma maior tomada de consciência, pois se relacionou com vários líderes estudantis que marcaram sua vida de maneira positiva.

Em meio ao governo de facto que vivia Cuba, os estudantes escolhiam as datas significativas da história para realizar atos em homenagem aos mártires e manifestar-se contra

---

<sup>32</sup> Licenciada em História e Máster em Estudos Cubanos e do Caribe pela Universidade de Oriente, Cuba. Doutoranda pela Pontifícia Universidade Católica de Rio Grande do Sul, bolsista CAPES.

*VI Seminário do GT de  
História Política*  
ANPUH-RS  
2025

a ordem imposta no país. A presença de Marina em todos esses atos foi constante, as ruas santiagueras a viram como parte da luta pela liberdade.

Os tempos exigiam uma atividade diária daqueles envolvidos no enfrentamento ao tirano. Nesse período, dedicaram-se à criação de várias organizações nas quais canalizaram seu pensamento e ação de diversas maneiras. A ideia era atrair o maior número possível de adeptos para a luta que estava sendo travada.

- Bloque Estudantil Martiano (BEM), fundado em 8 de maio de 1953.
- Ação Revolucionária Oriental (ARO), fundada em 1954.
- Frente Cívica de Mulheres Martianas, fundada no início de 1955.
- Movimento 26 de Julho (M-26-7):
- Frente Cívica de Mulheres Cubanias, fundada em 1955.

Marina foi uma participante ativa dessas organizações e ocupou várias responsabilidades, mostrando seu compromisso com a causa que defendia. Embora fosse muito jovem, compartilhava da ideia defendida pelo M-26-7 e seu líder Fidel Castro Ruz, de que apenas pela via armada seria possível derrubar Batista.

Santiago de Cuba era um caldeirão, seu povo se preparava para se tornar o apoio vital, a retaguarda indiscutível da Serra Maestra. Por isso, para o último dia do décimo primeiro mês de 1956, quando estava previsto o desembarque, organizou-se a heroica revolta da cidade santiaguera. Foram dias de intensa preparação e coordenação para que tudo acontecesse conforme o planejado. Nos dias que antecederam a ação, acompanhou Josué País García à prisão de Boniato com o objetivo de se encontrar com os jovens ali detidos (Velázquez, 2008, p. 70).

Um dos grupos formados no dia do levantamento foi o das Brigadas Juvenis, com Félix Pena no comando. Seus integrantes tinham a missão de distribuir panfletos com conteúdo revolucionário e construir barricadas, sendo protegidos por aqueles armados (Gálvez, 2006, p. 292). Nesse grupo estava Marinita.

Embora o desembarque do iate Granma não tenha ocorrido naquele dia, devido a diversos fatores que o atrasaram, em 30 de novembro ficou claro que a cidade santiaguera estava em pé de guerra e seus homens e mulheres estavam dispostos a acabar com a tirania imposta por Fulgêncio Batista.

*VI Seminário do GT de  
História Política*  
ANPUH-RS  
2025

Marinita fez parte desse grupo de mulheres para quem a liberdade era uma prioridade, e lutaram para que se tornasse uma realidade. Membro ativa das diversas organizações que surgiram no calor da luta, nas várias manifestações sempre a viam na linha de frente. Uma vez iniciada a contenda nas montanhas, esteve entre as mulheres que colaboraram no transporte seguro dos jovens integrantes do primeiro grande reforço enviado à Serra Maestra. Tarefa cumprida com sucesso, permitindo que a coluna guerrilheira fosse reconstruída e batizada com o nome de José Martí (Cuza, 8 de março de 2018).

A clandestinidade se tornou a retaguarda da guerrilha, e assim, na cidade, as ações contra o regime aumentaram, assim como a perseguição e assassinato dos membros do M-26-7, a quem atribuíram a autoria dos fatos que se sucediam.

Nesse contexto, Marinita continuou seu trabalho e entrega à causa revolucionária, cumprindo diversas missões, incluindo a distribuição de propaganda. Naquela época, contava com o apoio de sua mãe, que a recebia e guardava o material se ela não estivesse em casa. Por isso, não hesitou em subir à Serra Maestra em várias oportunidades (após a fundação do Segundo Frente Oriental, sua colaboração foi essencial para aquele território), servindo de elo (tão necessário naquele momento) entre as planícies e as montanhas, ajudando a transportar armas, dinamite e homens. Era necessário manter uma perfeita sincronização e um fluxo constante de informações, já que a clandestinidade era, como alguns estudiosos afirmam, a espinha dorsal da guerrilha.

Nos dias que antecederam a greve de 9 de abril de 1958 convocada pelo M-26-7, Marina chegou à cidade de uma de suas viagens. Junto com sua eterna companheira Gloria Cuadras, a quem considera sua mentora, organizou as mulheres do FCMC para a ação que se aproximava, seja acompanhando os jovens, distribuindo propaganda ou entregando panfletos a favor da greve. No dia 9, junto com Noelia Quiala, distribuiu propaganda no setor comercial (César, 9 de setembro de 2021).

Por vários motivos, a greve não cumpriu seu principal objetivo, mas foi, sem dúvida, uma das ações mais importantes realizadas naquele período. A cidade já não era um lugar seguro para ela, por isso se incorporou definitivamente ao Segundo Frente Oriental. Posteriormente, após sua fundação, passou a fazer parte da Coluna 18 Antonio López Fernández, liderada por seu companheiro de luta estudantil Félix Pena. Pertenceu à companhia

*VI Seminário do GT de  
História Política*  
ANPUH-RS  
2025

D, ostentando o posto de sargento. Ali permaneceu até o triunfo revolucionário em 1º de janeiro de 1959.

A última etapa da luta pela libertação nacional teve nela uma das mulheres mais dedicadas e valentes. Ela entregou sua vida completamente à Revolução e, após o triunfo, desempenhou diversas tarefas, permanecendo ativa até hoje. Um de seus companheiros de luta, José Luis Cuza Téllez de Girón, afirmou: "não se pode falar da luta clandestina em Santiago de Cuba sem mencionar Marina Malleuve" (Cuza, 8 de março de 2018).

A atividade revolucionária de Marina Malleuve Bottino é relevante ainda hoje, não apenas como uma lembrança do passado, mas como um chamado à ação. Ao refletir sobre seu legado e exemplo, é possível encontrar lições valiosas que orientam as lutas atuais e motivam a continuar na busca por um futuro mais justo e igualitário.

**Referências:**

O’Farrill, E. César (9 de setembro de 2021). Entrevista realizada com Marina Malleuve Bottino (INÉDITA).

Chang Arranz, D. (20 de dezembro de 2020). Entrevista realizada com Marina Malleuve Bottino (INÉDITA).

Cuza, Téllez de Girón, J. L. (8 de março de 2018). “*Mulheres insurrecionais em Santiago de Cuba.*” Recurso de: <https://www.cubadebate.cu/especiales/2018/03/08/mujeres-insurreccionales-de-santiago-de-cuba/amp/>

Gálvez Rodríguez, W. (2006). *Frank entre o sol e a montanha.* Editorial Oriente, Santiago de Cuba.

Velázquez Fuentes, F. (2008). *Josué.* Ediciones Santiago, Santiago de Cuba.

**ARTICULAÇÕES DE UMA ELITE NA CIDADE DE PELOTAS E O APOIO  
AO GOLPE CIVIL-MILITAR DE 1964 ATRAVÉS DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL  
DE PELOTAS**

*Leonardo Silva Amaral<sup>33</sup>*

Para desenvolver algumas concepções sobre a presente pesquisa, vale destacar um pequeno histórico da entidade aqui destacada. A fundação da Associação Comercial de Pelotas se dá em 1873, tendo como principal objetivo criar uma organização que teria papel relevante no fortalecimento das elites da cidade e da região sul. Um fato importante é que ao surgir no final do século XIX, ela acaba por se inserir em um contexto de forte agitação política e econômica, com importantes nomes agindo nesses setores da sociedade pelotense de modo concomitante, logo como indica Jonas (2020,p.18) que por volta de 1870, a cidade já tinha em torno de 7 governadores de províncias, onde dois deles era um dos maiores charqueadores da cidade.

Desse modo, fica evidente nesse exemplo que as atuações em vários campos eram de fato possíveis, até como uma tentativa de controlar um maior espaço de manutenção de status e poder. Partindo para um avanço temporal, as mudanças que ocorreram nas estruturas econômicas levaram uma mudança no cerne das atividades dessa elite, com um desmembramento de atuações na área rural, com a agropecuária, e no âmbito urbano com o comércio e a organização industrial, mudanças que ocorrem com o movimento abolicionista, porém já com o golpe do Estado Novo, a indústria gaúcha acaba por enfraquecer sendo colocada como periférica em relação aos principais centros do país.

Esses pontos são importantes serem elencados, ainda que de modo simples, pois essas alterações vão interferir diretamente nos processos de organização e visão política dessas elites, especialmente do caso estudado. É possível verificar nessas pequenas questões elencadas que as elites precisaram se reorganizar para manter uma estrutura conquistada ao longo do século XIX e virada do século XX, por esse motivo uma outra estratégia usada, estava no aspecto familiar, que ia além das heranças previamente estabelecidas, buscava-se assim o casamento entre famílias de mesmo poder aquisitivo. Para compreender essa condição, vale destacar a abordagem de Oliveira (2018, p.32), onde a família é uma contenda política, histórica e

---

<sup>33</sup> Doutorando, bolsista Capes no Programa de Pós-Graduação em História UFPel.

*VI Seminário do GT de  
História Política*  
ANPUH-RS  
2025

conceitual que se metamorfoseia, se reconfigura e carrega consigo um simbolismo a cada nova geração. Os pontos abordados pelo autor indicam que os processos ligados às relações familiares estão no cerne das transformações nos mais diversos domínios da sociedade brasileira. Ainda que a ideia o objetivo desenvolver tal conceito, e sim apontar como uma situação relevante é possível afirmar que as famílias de fato se perpetuam no poder e desenvolvem seus próprios formatos e estilos, mesmo que frequentemente estejam inseridas em arranjos de novas estruturas através de matrimônios.

Outro importante pesquisador indica que,

As estruturas de parentesco e a família como corpo só podem se perpetuar ao preço de uma criação continuada do sentimento familiar, princípio cognitivo de visão e de divisão que é, ao mesmo tempo, princípio afetivo de coesão, isto é, adesão vital à existência de um grupo familiar e de seus interesses. Esse trabalho de integração é tanto mais indispensável porque a família para existir e subsistir deve se afirmar como corpo, sempre tende a funcionar como campo, com suas relações de força física, econômica e, sobretudo simbólicas (vinculadas, por exemplo, ao volume e à estrutura dos capitais que seus diferentes membros possuem) e suas lutas pela conservação ou transformação dessas relações de força. (Bourdieu, 1996, p.130)

Essa reflexão de Pierre Bourdieu ajuda a esclarecer que as estruturas familiares lidam com processos que vão além das relações afetivas. O que implica entender esse ambiente como um local de perpetuação, onde o objetivo é formar indivíduos que auxiliem na continuidade do poder familiar. Dentro dessa estrutura, também é possível estabelecer conexões entre famílias por meio de casamentos, na busca por fortalecer laços e unir grupos.

Dito isso, vale retomar os pontos já descritos até agora para aprofundar a problemática aqui proposta. Entendendo que a produção charqueadora foi a grande força para construir uma hegemonia de grupos, sendo donos dos principais meios econômicos, e que mesmo com as mudanças para um leque mais amplo de atividades no meio rural e urbano, além de uma forte ascensão política, além do aspecto matrimonial e de herança, formam um padrão dessa elite pelotense que vai se perpetuar e estar ativamente envolvida no desenvolvimento da Associação Comercial, sendo esse um dos meios de angariar benefícios e de manutenção do status.

No caso de Pelotas, essas elites se faziam como dito anteriormente em grupos que faziam política, detinham o poder e a influência sobre a produção econômica. O arranjo familiar, acaba por constituir a formação de grupos, sejam eles pequenos ou grandes. Ao pensar

*VI Seminário do GT de  
História Política*  
ANPUH-RS  
2025

nos grupos, é possível escalonar entre grandes e pequenos, além de entender seus principais interesses aí se relacionarem. Se por um lado para Mancur Olson (2015, p.48) os grupos pequenos podem se organizar para um benefício coletivo pela atração que essa conquista pode oferecer para cada um individualmente.

Por outro lado, o grupo grande acaba por receber, menor será a porcentagem ganha por cada indivíduo, já que o número de componentes é maior. Quando relacionamos essas condições com a questão do poder, Olson descreve, que “a legislação de classe, por definição, favorece mais à classe como um todo do que a indivíduos dentro da classe e, portanto, não oferece nenhum incentivo para que os envolvidos ajam com consciência de classe.” (OLSON, 2015, p.121)

Para concluir essa inserção, vale assinalar que por essa definição, ao trazer para o tema aqui proposto, fica entendível que ao se organizarem, ao defenderem os mesmos interesses, formando assim grupos, apresenta um processo em que não há uma consciência, e sim uma defesa dos negócios, dos status e do poder. E com isso podem se organizar em diferentes tamanhos de grupos, a depender do núcleo familiar e das relações entre famílias.

Ao pensar essas condições, requer citar o estudo prosopográfico que pode ser de grande ajuda na compreensão o objeto de pesquisa aqui descrito. Esse método que também pode ser chamado de biografias coletivas, tem como objetivo revelar as características comuns de um grupo social dentro de um período, ajudando assim a compreender mecanismos coletivos (HEINZ, 2006, p.9). Essa abordagem é relevante, pois tem em seu aspecto principal elencar análises individuais, para com que constituem um padrão de atividade, em outras palavras,

As biografias sociais permitem colocar à luz do dia as estratégias familiares de ascensão, de estagnação ou de reconversão que os diversos meios de elite ou da burguesia utilizam. A dinâmica dominante interna às elites, do polo intelectual ou polo econômico (pela ascensão), ou inversamente, do polo econômico ao polo cultural (pelo enobrecimento), dá conta de muitos processos anteriormente julgados em termos morais: traição de sua classe de origem, aburguesamento de um lado, traição do progresso, fuga para uma vida “de rendas” de outro. (CHARLE, 2006, p.32)

E ainda,

Nos primórdios do século XX, a elite política coincidia bastante com as elites sociais, econômicas e intelectuais. Cada vez mais, porém, disponibilizou-se o acesso ao cargo público a indivíduos da classe

*VI Seminário do GT de  
História Política*  
ANPUH-RS  
2025

média, de modo que a elite política não mais se sobreponha tanto às outras. Carreiras políticas tornaram-se meios de mobilidade ascendente para pessoas talentosas com as qualificações certas. (CONNIFF, 2006, p.100)

Indicado esses pontos até aqui vale relatar o que se tem até o atual momento da pesquisa, foram feitos alguns levantamentos a partir das atas de sessões da diretoria, relacionando os pontos encontrados com referencial teórico citado anteriormente. Ao analisar parte dessa fonte, foi possível ver algumas condições, além das definições sobre projetos na estrutura da cidade, como debates sobre taxas sobre produtos, alguns posicionamentos chamam a atenção e deixam até certo ponto claro, a tomada de posição sobre alguns temas.

Em um primeiro momento, se havia qualquer movimento de greve ele recebia o cunho de comunista, isso aparece antes mesmo do intervalo de período analisado neste estudo, incluindo também nas atas a divulgação de missas em homenagem aos militares mortos na intentona comunista, que na descrição ainda destaca que eles haviam salvado o país da grande ameaça, deixando margem para entender de forma ainda que muito superficial a demonstração de empenho em demonstrar apoio ao golpe civil-militar.

Em suma, o que foi apresentado aqui de forma resumida e superficial, referente aos resultados levantados até o momento, demonstra algumas condições. Ao pegar as atas das sessões, se torna relevante o olhar atento, buscando questionar se as figuras que se faziam presentes na diretoria concordavam em uma maioria nas decisões e opiniões, por isso se faz necessário observar as redes de relações, a partir do cruzamento de fontes. Outro ponto importante é visualizar que a ACP buscava a todo momento fazer parte das decisões que ocorriam não somente na cidade, mas também em um contexto muito mais amplo, e que nesse sentido é possível considerar a possibilidade de uma forte presença de indivíduos que estavam em diferentes postos de atividade, além de ser imprescindível notar que desde muito cedo a instituição já tinha bem claro a posição política que queria tomar, até a chegada do ano de 1964.

### **Referências:**

BOURDIEU, Pierre. **Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.

*VI Seminário do GT de  
História Política*  
ANPUH-RS  
2025

CONNIFF, Michael F. **A Elite Nacional.** In: HEINZ, Flávio M.(org.). Por outra história das elites. 1. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p.99-122.

CHARLE, Christophe. **Como anda a história social das elites e da burguesia Tentativa de balanço crítico da historiografia contemporânea.** In: HEINZ, Flávio M.(org.). Por outra história das elites. 1. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p.19-39.

HEINZ, Flávio M. **O historiador e as elites – à guia de introdução.** In: HEINZ, Flávio M.(org.). **Por outra história das elites.** 1. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p.7-16.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. **Como definir família?** In: OLIVEIRA, Ricardo Costa de (org.) Família importa e explica: Instituições políticas e parentesco no Brasil. 1 ed. São Paulo: LiberArs, 2018, p.27-48.

OLSON, Mancur. **A lógica da ação coletiva.** 1. ed. São Paulo: Edusp, 2015.

VARGAS, Jonas M. “**No tempo dos Barões” A elite política pelotense no período do auge das charqueadas escravistas (1850-1889).** In:LOPES, Aristeu; VARGAS, Jonas Moreira. Capítulos de História de Pelotas. 1. ed. Porto Alegre: Casaletras, 2020. p. 12-31.